

1  
2

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e três realizou-se a Quinquagésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Cláudio Dilda**, Presidente do CONSEMA; **Sr. José Alberto Wenzel**, Representante Titular da Secretaria Estadual do Meio Ambiente; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante do Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais; **Sra. Stela Gayer**, Representante do Secretário da Educação; **Sr. Manoel Augusto da Luz Coelho**, Representante do Secretário da Cultura; **Sr. Ebersson Thimmig Silveira**, Representante do Secretário da Energia, Minas e Comunicação; **Sr. Alberto Beuker**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sra. Rosa Maria Schlichting**, Representante do Secretário das Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Adoraldo Antônio Schio**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Evandro Rocha Reichenbach**, Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Titular da FETAG; **Sr. Mauro Gomes de Moura**, Representante Titular do Corpo Técnico da FEPAM; **Sr. Mauro André Kern**, Representante Suplente do Movimento Roessler; **Sr. Geraldo André Susin**, Representante Titular da ALGA; **Sra. Carla Maria Pires Rangel**, Representante Titular da FIERGS; **Sr. Alexandre Bugin e Sr. Roberto Carlos da Silva Alves**, Representantes, Titular e Suplente, dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. José Lauro de Quadros**, Representante Titular da FARSUL; **Sra. Elizabete Maria Zanin**, Representante Titular da Instituição Universitária Privada; **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro**, Representante Suplente do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Valtemir Goldmeier**, Representante Suplente da FAMURS; **Sra. Maria Odete da Rosa Pereira**, Representante Titular do CEA; **Sr. José Luiz Diniz Barradas**, Representante Titular da Sociedade de Engenharia do RS; Participaram também, o Sr. Guilherme Dorneles, da AGAPAN; Sra. Lúcia Anelo, do IBAMA, Sr. Auro de Quadros Machado, dos Comitês de Meio Ambiente – Comitê Mata Atlântica, Sr. Andréas Kindel, da UFRGS, Sr. Jonas Rodrigues Garcia, Sr. Rogério Dewes, DRH/SEMA, Sra. Vera Lúcia Rosa da Silva, Sindiágua, Joany de Souza, do Conselho Deliberativo IRGA – Tapes, Sr. Luiz Carlos Chemale, Presidente do Sindicato Rural de Tapes, Sr. Alter Miranda da Silva, do Banco do Brasil, Sr. Daniel da Rocha Cabal, Topographia – ASTEC, Sr. Francisco Schardong, da FARSUL, Sr. Domingos Velho Lopes, do Sindicato Rural de Mostardas/RS, Sr. José Fernando de C. Klafke, Regional 11/FARSUL, Sr. Valery Pugatch, do IRGA, Fabio Correa, SEMA e José Vicente, FURG – Rio Grande. Os trabalhos foram abertos pelo Presidente da FEPAM, Sr. Cláudio Dilda. **Ordem do Dia: 1 – Aprovação das Atas 47ª, 48ª, 49ª, 50ª, 51ª e 52ª das Reuniões Ordinárias do CONSEMA; 2 – Informe sobre as atividades da SEMA (primeiros seis meses); 3 – Aprovação de Minuta de Resolução CONSEMA sobre os Critérios Técnicos para Fixação dos Prazos para Licenciamento Ambiental; 4 – Aprovação da Minuta de Resolução CONSEMA sobre Irrigantes; (Obs.: pendência do IBAMA); 5 – Análise dos processos de habilitação dos Municípios de Alegrete e Três de Maio; 6 – Apresentação da situação do licenciamento da Rodovia Rota do Sol; (solicitação do Núcleo Amigos da Terra); 7 - Apresentação do Projeto SIBEA e REASUL ; (Proposição do CEA); 8 – Apresentação, pela SEMA, do cenário atual dos poços tubulares profundos; 9 – Assuntos Gerais.** Vamos apreciar o primeiro item da pauta: **1 – Aprovação das Atas 47ª, 48ª, 49ª, 50ª, 51ª e 52ª das Reuniões Ordinárias do CONSEMA.** **Sr. Presidente:** Boa-tarde, Srs. Conselheiros, bem-vindos a mais esta reunião, a 54ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente, que damos por aberta, neste momento, consideramos já termos o “quorum” regimental. De acordo com o que o Plenário aprovou na reunião passada, vamos passar, depois das Comunicações, para a aprovação das Atas mencionadas na pauta da reunião, com as correções, algumas chegaram, propostas para as referidas Atas. **Comunicações:** 1 – Ofício do DAER encaminhando o Relatório de Supervisão Ambiental – Lotes 1 ,2 e 3 – referente ao mês de maio de 2003; 2 – Publicação no Diário Oficial do Estado de 11-07-2003, a nomeação, pelo Sr. Governador do Estado, dos representantes do Centro de Biotecnologia do Rio Grande do Sul, Srs. Homero Deves, como Titular, e Rui Fernando Félix Lopes, como Suplente, junto a este Conselho; 3 – Ofício nº 417/2003 – SEDAC – indicado o Sr. Manoel Augusto da Luz Coelho como representante do Secretário desta Pasta junto ao CONSEMA em substituição ao Sr. José Albano Volkmer; 4 – Ofício nº 45539/2003 da SEMA solicitando inclusão na pauta da 54ª Reunião Ordinária do CONSEMA, da Prestação de Contas da SEMA; 5 – Ofício da Instituição Universitária Pública: vem justificar a ausência dos membros, titular e suplente, Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite e Sra. Teresinha Guerra, na 54ª Reunião Ordinária do CONSEMA, em virtude da participação no Congresso Nacional de Botânica, em Belém, e o impedimento da suplente se dá em razão de compromissos didáticos e pedagógicos assumidos anteriormente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 6 – Ofício do CEA solicitando a inclusão, na pauta da 54ª Reunião Ordinária do CONSEMA, a apresentação do Projeto SIBEA e REASUL pela Fundação Universidade Federal de Rio Grande; 7 – Ofício da Secretaria de Meio Ambiente nº 341/2003, manifestando interesse da SEMA em integrar a Câmara Técnica Permanente de Biodiversidade e Política Florestal do CONSEMA, indicando as supervisoras Margot Guadalupe Antônio e Vera Lopes Pitoni como representantes; 8 – Ofício nº 544/2003 da SEMA, comunicando que o Diretor do Departamento de Recursos Hídricos, Rogério Deves, apresentará o cenário atual dos poços tubulares profundos nesta 54ª Reunião Ordinária, pedido este encaminhado pela representação das entidades ambientalistas; 9 – Ofício da AGAPAN indicando a Sra. Edi Xavier Fonseca como Titular e o Sr. Guilherme Dornelles como Suplente junto ao CONSEMA; 10 – O Conselheiro Titular da FAMURS, Sr. Miguel Schmidt Prym comunicou, por telefone, a impossibilidade de participar da 54ª Reunião Ordinária do CONSEMA por compromissos previamente agendados. Estas as

59Comunicações que chegaram a comunicações a este Conselho até o presente momento. Vamos ao primeiro item da pauta.

601 – **Aprovação das Atas 47ª, 48ª, 49ª, 50ª, 51ª e 52ª das Reuniões Ordinárias do CONSEMA.** Nos termos que

61propusemos na reunião ordinária passada, sendo que nós temos a comunicar a este Conselho a manifestação da ALGA –

62Associação Livre para Gerenciamento Ambiental de algumas alterações, correções ou substituições nas Atas referidas.

63Pergunto se outros Conselheiros têm, considerando que por escrito não chegou até a Secretaria Executiva alguma

64manifestação, se há manifestações ou correções para fazer neste momento. **Sr. José Lauro de Quadros:** Sr. Presidente.

65Nós lemos atentamente todas as Atas que estavam pendentes de análise e, posterior aprovação, e ao cumprimentar a

66Secretária e a equipe que faz a gravação e taquigrafia das Atas, realmente são Atas da mais alta qualidade. Mas, em

67determinados momentos, talvez por deficiência na qualidade de som, tenho algumas pequenas contribuições, onde em cada

68Ata de reunião menciono as linhas, nada que mude o que foi dito aqui, apenas uma forma. Por exemplo, numa determinada

69Ata o nome de uma pessoa que citei saiu erradamente. Numa outra Ata, onde o verbo seria “esclarecer” e saiu com outro

70nome. E na outra linha, como o meu nome mais comum é “Lauro”, dali há pouco, sai o meu nome “Lauro José” e, em outras

71linhas, “José Lauro”, então, pareceria não ser o mesmo Conselheiro. Então, pediria para entregar à Mesa, e se achar que é

72conveniente colocar em votação, mas acho que não muda nada do que está no conteúdo das Atas. São apenas pequenas

73adequações. **Sr. Presidente:** Temos sugestão do Conselheiro representante da FARSUL de correções e do Conselheiro

74representante das Entidades Ambientalistas, da ALGA, Geraldo André Susin, que também encaminhou algumas correções,

75que também são basicamente correções, adequações. Consulto: leio as correções sugeridas ou não há necessidade? (O

76Plenário decidiu por lê-las). Correções propostas pela ALGA: “Vimos, por meio deste, indicar algumas considerações e

77correções nas Atas do CONSEMA. Correções da 51ª Reunião Ordinária”: Na linha 789, substituir o numeral “172” por “171”

78e acrescentar: “da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul”. Correções considerações sobre a Ata da 52ª Reunião

79Ordinária: “Conforme solicitação, nas linhas 651 e 652, onde foi inserido a íntegra do documento apresentado pelo Prof.

80Lewgoy”. Nas linhas 1013, 1014 e 1015, onde está o endereço eletrônico URL, que foi deixado para acessar ao Estudo

81sobre Toxicologia do Glifosato do Dr. Jorge Kachseur; Linha 1008 e 1010, substituir a palavra “SAMAI” pela palavra

82“SAMAE”. Estas correções serão providenciadas. Correções propostas pelo Conselheiro Representante da FARSUL, José

83Lauro de Quadros. Linhas: substituir da 435 a 438 da 52ª Reunião Ordinária: “Eu fui Presidente da Sociedade de Agronomia

84nos anos 70 e, na ocasião, lançamos as bases para o Receituário Agrônomo no Rio Grande do Sul. Posteriormente, como

85Presidente da Federação das Associações de Agrônomos do Brasil, levei esta exigência para o uso de agrotóxicos aos

86demais Estados brasileiros”. Linhas 444 a 448: “Controle integrado de pragas cada vez mais a pesquisa nos traz soluções.

87Por exemplo: na soja, Prof. Lewgoy, usamos hoje o *bacylus turingienses* para o controle da lagarta, da *anticarcia gematalis*

88e não se necessita mais empregas as milhares de toneladas de clorados que eram utilizados para este controle. Usa-se

89esse inseticida biológico, e são esses os avanços”. Linha 474: “Biodiversidade das nativas”. Está escrito “ativas”. Linha 475:

90A última palavra da frase: “Num”, substituir por “sem”. Linha 476: “Tratamento técnico-científico”. Retirar “essas exóticas

91invasoras que não criam passarinho”. Manter, no final da frase: “o rio”. Linha 481: “Cobertura” em lugar de “coberta”. Linha

92497: Substituir a palavra: “FBI” por “FDA” e na Linha 499 também. Linha 504: Substituir “in dubbio pro reu” por “in dúbio pro

93reu”. Linha 505: “E que seja rotulado” em lugar de “rotulada”. Linha 506: Substituir a frase por: “Planta quem quer o

94transgênico e consome quem quer, desde que o rótulo indique esta origem”. Linhas 619 a 620, todas elas da Ata da 52ª

95Reunião Ordinária do CONSEMA: “Sr. Lauro José de Quadros”, substituir por “José Lauro de Quadros”. Linha 623: “Com a

96presença de um Diretor eleito e somos” em lugar de “fomos”. Linha 633: “Que eu tenho”, eliminar repetição. Linhas 643 a

97644 substituir por: “Tem remédio que não tinha dez folhas daquilo que o Prof. Lewgoy leu, alertando que os remédios

98podem causar problemas”. Linha 659: Substituir “esclarecer” por “esclareçam”. Linha 1042: Substituir “Lauro José” por “José

99Lauro”. E agora, da 50ª Reunião Ordinária do CONSEMA: Linhas 1232: “Martino Karo Neto”, substituir por “Marcílio Karon

100Neto”. Linha 1234 substituir por: “Conosco no intervalo da reunião para darmos um abraço na admiração do Conselho nos

101Conselheiros e”: Linha 1237 substituir o “Vice-Presidente Nilvo” por “Ao Vice-Presidente Nilvo”. Da 48ª Reunião Ordinária de

102outubro de 2002: Linha 87 substituir a palavra “removemos” por “referendamos” e a linha 89 substituir a palavra

103“removemos” por “referendamos” também. “Porto Alegre, 18 de julho de 2003. José Lauro de Quadros, Conselheiro”. Estas

104as correções propostas, então, pelo Conselheiro José Lauro de Quadros. Submeto ao Conselho a aprovação das alterações

105propostas. Os favoráveis se manifestem levantando os crachás; contrários; abstenções. **Aprovadas** pela unanimidade dos

106Conselheiros presentes. A partir da próxima reunião, considerando inclusive que no contrato que a SEMA tem com o

107trabalho de taquigrafia apresenta o espaço de uma semana para a entrega, e para as próximas reuniões os senhores terão

108as Atas, todas elas, no devido tempo, sendo encaminhadas para apreciação e a fim de que a gente não permita mais a

109acumulação que houve de Atas para aprovação por este Conselho. Consultaria os Srs. Conselheiros, já que estamos

110falando em Atas, se o prazo de tempo com que nós estamos encaminhando a agenda e materiais referentes as reuniões

111deste Conselho está bom, temos que antecipar ou está bem assim? Para que obviamente os Conselheiros tenham o prazo

112para avaliar e chegarem na reunião do CONSEMA com a temática devidamente digerida. Então, está bem assim.

113Considerando que a pauta foi aprovada nos termos propostos, vamos ao Item 2. **2 – Informe sobre as atividades da**

114**SEMA (Primeiros seis meses).** Este item de pauta será feito pelo Secretário de Meio Ambiente José Alberto Wenzel. **Sr.**

115**José Alberto Wenzel:** Nosso boa-tarde a todos e a todos. Queremos, meu Presidente Dilda, parabenizar a todos os

116Conselheiros e Conselheiras primeiro pela presença hoje extremamente bem importante aqui, pelo número de pessoas,

117pela qualidade das pessoas, então, nossos parabéns a todos e a todas. Nós fizemos questão de pedir ao Presidente Dilda  
118um espaço, nesse momento, em função de nós termos já passados seis meses na frente da Secretaria e entendíamos  
119como importante que o Conselho fosse o primeiro a receber as informações referentes a uma prestação de contas deste  
120período. Nós estamos, nesse momento, praticamente enclausurados com o Governador do Estado, e todo o Secretariado lá  
121na PROCERGS, mas fizemos questão de solicitar ao Governador que nos liberasse para estarmos aqui em função da  
122importância, que para nós, tem o Conselho Estadual do Meio Ambiente. Nesta pasta que os senhores e senhoras  
123receberam consta o Relatório de Atividades. Verdade, que é um relatório sucinto, bastante pontualizado, mas aqui consta  
124dos diferentes departamentos e vinculadas, uma prestação de contas dos primeiros seis meses. Dentro da mesma pasta há  
125um *folder* institucional, que também é o primeiro *folder* institucional da atual Administração. Também, na mesma pasta,  
126segue a apresentação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental. Um *folder* que foi lançado no dia 05 de junho. E também  
127agora, numa forma comemorativa, também o *folder* de Itapuã 30 anos. Isso tudo consta nesta pasta, está ali inserido nesta  
128pasta. Para não tirar o tempo de todos os senhores e senhoras, que é extremamente precioso, fazer uma apresentação  
129bastante rápida e isso, na verdade, está nesse relatório que os senhores e senhoras têm na pasta. O Departamento de  
130Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP, tem, entre suas atividades, as Unidades de Conservação, que envolvem 274.000  
131hectares, e daria para chamar a atenção, nesse momento, a questão do KFW, que está sendo finalizado o processo para  
132que realmente entre em funcionamento, e já está em processo de chamamento a questão das 28 pessoas que vão trabalhar  
133diretamente no processo. O Departamento de Recursos Hídricos, os dezesseis Comitês de Bacias Hidrográficas, e  
134cumprimento o nosso amigo Sergio Cardoso, que é do Fórum dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Fizemos uma belíssima  
135reunião agora há poucos dias em São Luiz Gonzaga encaminhando o 17º Comitê de Bacia Hidrográfica. E talvez o que  
136pudesse chamar a atenção aqui nesta questão é que estamos trabalhando fortemente na busca dos planos de bacia. Essa  
137é a configuração a que está por ser criada, a U40, que é que está sendo criada em São Luiz Gonzaga. O SIGA – Sistema  
138Integrado de Gestão Ambiental, está bem explicitado no *folder*, mas ele pretende trabalhar em cima de quatro pilares, que  
139são a questão das associações de Municípios, porque entendemos que a boa-vontade do Prefeito é fundamental no  
140processo. Em cima das universidades, dos Comitês de Bacias Hidrográficas e dos COREDES. É um processo que vai dar  
141seqüência aquilo que já vinha acontecendo no governo anterior, que era a gestão compartilhada, e apenas estamos agora  
142levando isso para uma sistemática de regionalização e de ampliação do processo. Temos, como meta, chegarmos a 100  
143Municípios habilitados até o final do ano. E aqui nós temos, meu Presidente Dilda, uma ótima notícia. Quem viu o *ranking*  
144dos Municípios melhor colocados pela Fundação Estadual de Estatística, apresentado anteontem, percebeu que dentre os  
145vinte melhor colocados, oito estão fazendo a sua gestão ambiental e dois estão em processo avançado de habilitação.  
146Enquanto que dos últimos vinte, nenhum apresenta a sua gestão ambiental ou está habilitado para fazer a sua gestão  
147naquilo que é impacto local. Então, acho que isso é um indicativo muito forte e queremos parabenizar a todos que estão  
148neste processo, e todos que começaram neste processo. Na verdade, começou-se no governo anterior esse processo de  
149habilitação, de municipalização. Parece-me que este é um indicativo muito importante, porque não tem como ir bem, nos  
150indicadores, nos índices propostos, se não houver a variável ambiental fortemente inserida no processo. Envolve  
151saneamento, saúde e assim por diante. Está aqui a Vera Calegari, Secretária Executiva do Pró-Guaíba. E o que  
152gostaríamos de realçar no Pró-Guaíba é o que foi apresentado no Seminário que aconteceu ontem, na primeira reunião do  
153Conselho Deliberativo. Já foram pagos, pelo atual governo, R\$7.700.000,00 no Pró-Guaíba. Foram pagos dentro de uma  
154diretriz, que foi a seguinte: priorizar os pequenos. Então, buscou-se o pagamento dos viveiristas, em torno de 400  
155viveiristas, ao menos, mais de 250 pequenos prestadores de serviços, desde a área de imagem, de produção, romarias,  
156enfim, de tudo que tinha ficado pendente, e foram pagos estes R\$7.700.000,00 e estamos muito satisfeitos nesta situação  
157porque uma das maiores preocupações da Secretaria foi o Pró-Guaíba, quando nós iniciamos o Governo Rigotto. Então,  
158agora estão faltando ainda U\$1.800.000,00 para que se possa fechar o fechamento financeiro do Módulo I e já irmos para o  
159Módulo II. Já estamos negociando com o Pró-Guaíba, esse processo todo vai dar andamento para o Módulo II, vai ter  
160seqüência. O Projeto Mar-de-Dentro, é um projeto que está tendo continuidade. É um projeto que precisa um reforço. E se o  
161Presidente Dilda me permitir, num outro encontro, gostaríamos que pudéssemos ter a oportunidade de nos aprofundar  
162sobre o Mar-de-Dentro. Nesse momento, dentre todas as atividades importantes da Fundação Zoobotânica, talvez a mais  
163importante seja a regulamentação do Código dos Animais. Foi apresentado pelo Dep. Manoel Maria, foi sancionado pelo  
164Governador do Estado e agora nos cabe fazer a regulamentação. Então, estamos chamando a sociedade, todas as  
165entidades ligadas à preservação dos animais, a proteção dos animais e as entidades. E o que tem chamado a atenção foi o  
166grande fluxo de entidades religiosas ou de cunho religioso. E fiquei impressionado com o número. São mais de 70 mil  
167Entidades que estão buscando o espaço dentro desse processo de regulamentação do Código de Animais. É  
168impressionante o impacto desse projeto no Estado do Rio Grande do Sul. A Fundação Zoobotânica tem diversas atividades,  
169ressalto mais uma vez a questão dos 30 anos do Parque de Itapuã. A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, a nossa  
170FEPAM, aqui representada e presidida pelo Dilda e por todos os demais que aqui se encontram, é o nosso grande carro-  
171chefe, nesse momento, na questão dos licenciamentos ambientais, da gestão ambiental, então, ela está exercendo um  
172papel extremamente importante neste momento, envolvendo pontos extremamente importantes para o desenvolvimento  
173socioambiental do Estado do Rio Grande do Sul. Podemos ressaltar, nesse momento, toda a questão dos eólicos e assim  
174por diante. O SIGA é um projeto genuinamente da FEPAM, embora que articulado com a Secretaria, como um todo, mas

175envolve o DRH, a Fundação Zoobotânica, o DEFAP, mas essencialmente a área de licenciamentos. O PNMA é um projeto  
176que está-se fortificando gradativamente. Nós já tivemos inúmeras reuniões sobre isso, e o Rio Grande do Sul está sendo  
177citado com um modelo de gestão do PNMA. Ele envolve principalmente a questão da suinocultura na Grande Santa Rosa,  
178mas envolve também, e aí mais ligado à FEPAM, a questão da qualidade das águas, gerenciamento e licenciamento.  
179Temos agora no dia 23 ou 24 a abertura do evento do Seminário sobre Qualidade do Ar e isso tem muito a ver com a  
180FEPAM. Era, em rápidas pinceladas, essa prestação de contas que gostaríamos de fazer, nesse momento, e repetimos que  
181fizemos questão de fazer isso aqui junto ao CONSEMA pela valorização que nós entendemos ser a necessária para todos  
182os Conselheiros e Conselheiras. Quero, Dilda, agradecer a oportunidade que eu tive e, no momento oportuno, numa outra  
183reunião, gostaríamos de aprofundar diversos itens que entendemos extremamente importantes. Muito obrigado. **Sr.**  
184**Presidente:** Pois não, Conselheiro José Lauro de Quadros. **Sr. José Lauro de Quadros:** Sr. Presidente. Não vou falar pela  
185FARSUL, que o nosso Presidente, Francisco Lineu Schardong está presente. Mas, vou falar como cidadão, como Diretor  
186Executivo da AGEFLOR. O nosso Secretário Wenzel não mencionou no relatório, mas eu gostaria, e é claro que é um  
187assunto em andamento, verbalmente destacar. Existe um grupo de trabalho do Governo do Estado e um Comitê de  
188Entidades do Setor Florestal Moveleiro da FIERGS formatando o Programa Florestal Industrial do Rio Grande do Sul e a  
189SEMA faz parte deste trabalho. Tivemos ainda uma reunião anteontem e esse trabalho vai mudar o perfil da Metade Sul do  
190Rio Grande do Sul. Destaco, Secretário Wenzel, que, por modéstia, o DEFAP e a sua Secretaria não mencionaram este  
191trabalho. Mas, estamos já anunciando, aqui no Conselho, que brevemente este Programa vai chegar. Em segundo lugar:  
192cumprimentar o Secretário Wenzel e a equipe dos diferentes órgãos vinculados porque há uma preocupação de com muita  
193paz, com muita tranquilidade dentro do nosso Conselho, de abordarmos assunto da mais alta emergência, como dos  
194licenciamentos. É incrível que se acumularam, nos últimos anos, mais de 20.000 licenciamentos pendentes, atrapalhando o  
195desenvolvimento do Estado. E hoje nós vamos ter aqui, nesses primeiros seis meses, essa busca de agilizar esses  
196licenciamentos. Da mesma forma o que se relaciona aos irrigantes pois esses são assuntos prementes em terem uma  
197definição. E encerro essa manifestação, cumprimentando os primeiros seis meses de trabalho do Secretário Wenzel e sua  
198equipe, dizendo, Secretário Wenzel: leve ao Governador Rigotto que nós, da área empresarial, esperamos que o Governo  
199do Estado consiga dialogar com a classe dos funcionários, que sempre foram os prejudicados, ao longo do tempo. Parece  
200que tudo que acontece de ruim são os funcionários públicos, e quando acontece de bom, não acontece nada. Porque o  
201Estado está vivendo também esse problema de discussão desse problema da Reforma da Previdência. E não temos  
202nenhum órgão público em greve no Rio Grande do Sul. Em nível federal inúmeros órgãos federais estão em greve, e o  
203IBAMA, em greve, está-nos trazendo um prejuízo terrível ao setor florestal. Temos um navio carregado com celulose  
204trancado no porto e não pode levantar âncoras. Temos um outro navio que se dirigia ao Porto de Rio Grande para carregar  
205madeira serrada e desvio o seu curso porque não conseguimos as licenças do IBAMA para embarcar esta madeira. Acho  
206que as greves são válidas, o próprio Presidente da República disse que a greve é um direito, mas num Brasil em crise,  
207como o nosso, com desempregados, com crise econômica, com todos esses problemas, uma greve que impede que a  
208economia funcione nos traz preocupações. Secretário Wenzel: diga ao Governador Rigotto que na classe empresarial  
209esperamos que ele consiga dialogar com funcionários para que possamos acertar essas coisas lá na frente, mas que a  
210economia não páre. **Sr. Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário, pela explanação, aqui formulada. De imediato,  
211passamos para o Item 3 da pauta de hoje. **3 – Aprovação de Minuta de Resolução CONSEMA sobre os Critérios**  
212**Técnicos para Fixação dos Prazos para Licenciamento Ambiental.** Antes de passarmos a abordagem, discussão e  
213votação deste terceiro item, é oportuno relembrar, considerando que temos Conselheiros novos, que este tema já vinha  
214sendo discutido no ano passado na Câmaras Técnicas correspondentes. E que culminou com a reunião de anteontem,  
215quando a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos propôs, então, depois de uma longa discussão, um texto final para a  
216Minuta de Resolução do CONSEMA relativamente aos prazos de validade das licenças, tendo como referência Lei nº  
21711.520/2000 – Código Estadual do Meio Ambiente, que estabeleceu, então, esses novos prazos para validade das licenças.  
218Encaminhando para a discussão deste item, gostaria somente de fazer a leitura do encaminhamento da Câmara Técnica  
219para o Plenário deste Conselho: *“Porto Alegre, 18 de julho de 2003. Sr. Presidente. A Câmara Técnica Permanente de*  
220*Assuntos Jurídicos, em reunião realizada no dia 16-07-2003, após exame da matéria, aprovou a Minuta de Resolução sobre*  
221*os prazos de licenciamento ambiental com ressalvas que estão inseridas no texto. Nesse sentido, encaminha essa*  
222*proposição a V.Sra. para envio à Plenário do CONSEMA para deliberação. Atenciosamente, Irineu Schneider, Presidente da*  
223*Câmara Técnica”.* Observando que as ressalvas, a que se refere o texto, são as que estão em *itálico e sublinhadas*. São  
224basicamente adequações e possivelmente as diferenças introduzidas em relação ao texto anterior, que tinha sido  
225disponibilizado aos Srs. Conselheiros. Então, para apresentação desta Minuta de Resolução o Conselheiro Mauro Gomes  
226de Moura. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** As principais alterações com relação à Minuta que os Srs. Conselheiros já tinham,  
227perguntaria ao Sr. Presidente: o Conselheiro Bugin fez uma recomendação à FEPAM e não ao Conselho, e se ele gostaria  
228de apresentar. Do *“Objetivo”* foi uma correção de português, foi acrescentado “do licenciamento”; Dos *“Documentos de*  
229*Referência”* a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos reenumerou os Itens 2.3, que é a Lei Federal de Crimes Ambientais, e  
230o 2.7 que é a Resolução sobre Critérios Básicos e Diretrizes Gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Foi  
231recomendação da Câmara Técnica de acrescentar estas duas leis. A Câmara Técnica também fez uma recomendação de  
232supressão dos itens 3.1 ao 3.8. A Câmara Técnica considera esses itens 3.1 a 3.8 desnecessários por já constar na

233Resolução 237, sendo apenas uma repetição. Mas se os Conselheiros entenderem que as definições ficam aqui para  
234motivos de maior clareza da Resolução, foram feitas algumas correções que estão em *itálico* e sublinhadas, ali no  
235licenciamento e na licença ambiental. Houve uma modificação no item 3.6, na definição, que antes estava “empreendedor  
236poluidor”, e a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos achou mais adequado definir empreendedor como pessoa física ou  
237jurídica, de direito público ou privado, responsável diretamente por atividades sujeitas ao licenciamento ambiental. Mas isso  
238os Srs. Conselheiros têm que decidir se o item 3.8 fica nesta norma ou não. Houve correções no item 3.11.2 e 3.13, há uma  
239incorreção na norma, que o 3.13 tinha que ser remunerado para 3.12. Mas houve correção do texto legal da lei estadual, na  
240definição de produto agrotóxico e registro de produto agrotóxico. Foi colocada aqui a definição exata que está na lei  
241estadual gaúcha. Com relação ao corpo da norma propriamente dito, que é o peso da norma mesmo, o item 5 – Condições  
242Específicas, vou ler: “**A Licença Prévia:** o prazo de validade de uma Licença Prévia é de 2 (dois) anos, exceto para  
243empreendimentos com localização definida para distritos industriais já licenciados, que terá validade de 5 (cinco) anos; **5.1.1**  
244– A Licença Prévia concedida não será renovada após o término de seu prazo de validade, exceto para Licenças Prévias  
245antecedidas por Estudo Prévio de Impacto Ambiental, que poderão ser renovada suma vez, desde que não haja mudanças  
246ambientais que indiquem a necessidade de novo Estudo Prévio de Impacto Ambiental, a critério do órgão ambiental; **5.2 – A**  
247**Licença de Instalação** tem o seu prazo de validade fixado entre 1 (um) e 5 (cinco) anos com base no cronograma  
248proposto para execução do empreendimento; **5.3 – A Licença de Operação** tem o seu prazo de validade fixado em 4  
249(quatro) anos. O que os Srs. Conselheiros não têm foi um acréscimo discutido durante duas sessões da Câmara Técnica de  
250Assuntos Jurídicos, o 5.3.1 ao 5.3.5, que foi um acréscimo, e precisa ficar bem entendido. **5.3.1 – com a finalidade de**  
251**adequar os procedimentos licitatórios e os empreendimentos existentes aos novos prazos de licenciamento, são**  
252**considerados em situação regular, frente ao licenciamento ambiental, os empreendimentos com processo de pedido de**  
253**renovação de Licença de Operação protocolados na Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, até a data de**  
254**publicação desta Resolução, ficando prorrogado o prazo da última Licença de Operação emitida até um ano após a**  
255**publicação desta Resolução.** A finalidade deste item é pegar a maioria dos empreendimentos que solicitaram a renovação,  
256numa primeira licença, nem licença prévia, nem licença de instalação, e nem primeira licença de operação, mas os  
257empreendimentos que solicitaram renovação de licença de operação, e que tenham um passivo muito grande acumulado na  
258FEPAM, tornar essas empresas regulares, e permitir que elas peçam novamente a licença de operação e se adequando aos  
259prazos desse novo licenciamento. **5.3.2 – os empreendedores deverão continuar a cumprir todas as condições e restrições**  
260**constantemente na última Licença de Operação; 5.3.3 – a FEPAM exercerá a fiscalização e auditorias necessárias à verificação**  
261**do cumprimento das licenças prorrogadas na forma do item 5.3.1; 5.3.4 – A Fundação Estadual de Proteção Ambiental –**  
262**FEPAM poderá emitir, sem custos, declaração sobre a regularização do empreendimento, na forma desta Resolução,**  
263**pendências ambientais e a nova validade da última Licença de Operação emitida; 5.3.5 – os empreendimentos**  
264**regularizados na forma do item 5.3.1 deverão solicitar a renovação da Licença de Operação com a antecedência prevista na**  
265**Resolução nº 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, cumprindo todas as formalidades legais de documentação e**  
266**custo de licenciamento exigidos pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM. 5.4 – O Certificado de**  
267**Cadastro** terá os seguintes prazos de validade: **a) Laboratório de Análises:** 02 anos de validade; **b) Produto Agrotóxico:**  
26805 anos de validade. Com relação ao item Certificado de Cadastro: estamos propondo em agosto, provavelmente, uma  
269resolução que trata só desse assunto com relação à regularização dos laboratórios. **5.5 – o Registro de Produtor de**  
270**Agrotóxico** terá prazo de validade de 1 (um) ano. **Sr. Presidente:** Aqui entra a proposição do Conselheiro Alexandre Bugin,  
271que constaria como item 5.6, que diz o seguinte: “*Sem prejuízos aos prazos de licenciamento a FEPAM exigirá, no escopo*  
272*das licenças, a apresentação, em períodos de 12 (doze) meses, de relatórios, pareceres, auditorias, monitoramento,*  
273*elaborados por profissionais habilitados e que comprovem a implementação das medidas de controle ambiental previstas*  
274*nas condicionantes e restrições”. Por enquanto, Conselheiro Alexandre, fica para uma questão de ordem de discussão*  
275*como 5.6. E depois, se houver a necessidade de renumeração, acho que esse é um problema menor. Sr. Valery Pugatch:*  
276*Uma sugestão: on verbo: “A FEPAM exigirá”, não ficaria melhor: “Poderá exigir”, isso na proposta de emenda, na 5.6. Sr.*  
277*Presidente:* Gostaria de propor uma ordem de discussão com os Srs. Conselheiro, e ao chegarmos ao item faremos as  
278observações. Em discussão a Minuta de Resolução com vista à estabelecimento de prazos, critérios técnicos e  
279procedimentos para licenciamento ambiental realizado pela FEPAM. **Sr. Alexandre Bugin:** Em relação à Minuta gostaria de  
280esclarecer, e talvez até perguntar ao Mauro, que os itens 5.3.2, 5.3.3, 5.3.4, 5.3.5 estão inseridos dentro do item 5.3.1.  
281Então, ao avaliar a melhor redação, eles estarem como sendo parágrafos, incisos dentro daquele item, ou um subitem, pois  
282entendi depois de algumas releituras que refere-se ao item 5.3.1. Então, estariam dentro do 5.3.1. Na verdade, acredito que  
283deveria ter só o 5.3.1 com subitens. E quero só colocar para que não se crie esta dúvida. **Sr. Mauro Gomes de Moura:**  
284Como químico não vou-me arriscar a melhor forma de redação, mas talvez letras em vez de numeração. **Sr. Alexandre**  
285**Bugin:** Um pedido de talvez deixar mais clara a forma de redação. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Queria um  
286esclarecimento: no item 5.3.1 diz que os empreendimentos que tiverem pedido de renovação de licença, essa renovação de  
287licença vai ser prorrogada automaticamente por mais um ano. Depois, no 5.3.5 diz que os empreendimentos vão ter que  
288cumprir todas as formalidades legais de documentação e custos de licenciamento. Então, eles vão pagar duas vezes pelo  
289licenciamento? Pagaram este ano para pedir a renovação, não houve análise, quer dizer, a FEPAM não dispendeu nenhum  
290recurso humano para fazer análise deste material e no ano que vem os empreendedores vão ter que pagar de novo o

291pedido de licenciamento? **Sr. Mauro Gomes de Moura:** As empresas vão ter uma licença prorrogada por mais um ano e  
292entra o seu pedido de licenciamento na forma usual da FEPAM. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Isso significa  
293que as empresas vão pagar este ano e no ano que vem? **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Isso significa que as empresas  
294pagaram normalmente no ano passado ou retrasado, que são as licenças que estão atrasadas, e para renovar a licença  
295pagariam de novo as taxas da FEPAM. Inclusive o nosso sistema de licenciamento aqui, teríamos que mudar todo o sistema  
296de computação, pois o nosso sistema não aceita entrada de dados sem o pagamento das taxas devidas, número de banco,  
297estas coisas, e isso foi explicado na Câmara Técnica. E temos que fazer uma outra adequação, porque as licenças agora  
298terão novos valores. Essas licenças foram pagas com um ano de validade das licenças e essas são renovações de licenças  
299que terão quatro anos, e o Conselho de Administração da FEPAM vai aprovar outras tabelas de valores. **Sr. Roberto**  
300**Carlos:** No item 5.3.4 gostaria de fazer uma pergunta: quando diz que a FEPAM poderá emitir, sem custos, declaração  
301sobre a regularização do empreendimento. Esse “poderá” é no sentido de pode ou não pode, ou poder-se-ia ser substituído  
302por “emitirá pedido”. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** O “poderá” é emitirá pedido. As empresas que solicitarem a FEPAM  
303emitirá. **Sr. Roberto Carlos:** Se deixar “poderá” dá um sentido duplo, pois é um sentido de discricionariedade que tu está  
304dando à FEPAM para que ela conceda ou não a declaração. No caso, dá um sentido duplo, ela tanto pode, como não  
305pode, conforme o critério que tiver. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Não vejo problema com relação a isso. **Sra. Maria Odete**  
306**da Rosa Pereira:** Não está muito claro para mim como é que vai-se dar o controle neste prazo de licença. O que ele coloca  
307ali é a possibilidade de se fazer relatórios, da obrigatoriedade de se ter relatórios. E acho que a gente tinha que aprofundar  
308um pouco mais nesse sentido, de um a cinco anos, ou nesses quatro anos, de como é que vai ser feito este controle por  
309parte do órgão ambiental, que critérios que vamos estabelecer já pré-fixados. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** O Conselheiro  
310Bugin trouxe o problema na última reunião, e quem conhece o procedimento de licenciamento da FEPAM, e aqui vários  
311conhecem, conhecem nossas licenças. Nossas licenças conforme o porte do empreendimento, potencial poluidor, análises,  
312às vezes mensais, às vezes bimensais, às vezes trimestrais, semestrais ou anuais de várias coisas: tabela de resíduos,  
313análise de efluentes, etc. As nossas licenças usuais, e vocês podem consultar na Internet todas, já têm essas condições de  
314restrições. Na realidade, o Conselheiro quer garantir que a FEPAM coloque estas exigências nas licenças. E são exigências  
315que a gente já faz, e algumas com periodicidades mensais. E conforme o porte, e a Eng<sup>a</sup>. Carla está aqui, que é da  
316COPEsul, e algumas análises da COPEsul são mensais vindas à FEPAM. Então, essas exigências já são feitas pela  
317FEPAM. Na realidade, é uma recomendação do Conselheiro, se for aprovada aqui, que a FEPAM faça isso, mas é uma  
318coisa que a FEPAM já faz. E temos esses critérios, e outros órgãos ambientais do País também têm esse critério, de fazer  
319exigências periódicas com relação a isso. **Sr. Alexandre Bugin:** Já que entrou no item realmente que é objeto da minha  
320proposta e preocupação, gostaria, primeiro, que fosse registrado que a minha intenção era levar esta recomendação à  
321Câmara Técnica. E ontem, conversando com a Rosaura, é que fiquei sabendo que já tinha havido na quarta-feira. Na  
322verdade, sempre recebo as convocações, ou tenha-me passado e acabei não vendo a convocação e não consegui  
323encaminhar. Por isso que eu trouxe para o Plenário, inclusive hoje de manhã encaminhei, e essa discussão gostaria de ter  
324participado na Câmara Técnica. Gostaria só de colocar, e talvez pelas minha experiência nesta área de consultoria  
325ambiental, e aí eu queria discordar um pouco do que o Mauro colocou. Concordo que isso já é previsto nas condicionantes.  
326Agora, pelo universo de empresas, pelo universo de licenças, sabemos que muitas empresas, muitos empreendedores, na  
327verdade, o que interessa é a licença, e aí concordo que há atividades, monitoramento, análises, enfim, relatórios que são  
328até mensais, mas há aquelas outras licenças que exigem que para renovação seja apresentado um relatório contendo as  
329atividades realizadas no período. Quer dizer, se não tivermos esta preocupação, como consultores, e aí vai o trabalho de  
330cada um. Quando a gente é chamado por uma empresa para fazer o processo de renovação, se nós nos preocuparmos  
331somente em fazer aquele relatório pontual, num período de três anos passados, conforme pode ser o caso se não tiver bem  
332claro isso, vai-se perder isso. Talvez se perca este tempo de atividades que dever-se-ia fazer trabalhos. E por isso que  
333coloquei na minha proposta seriam períodos não maiores de doze meses, que é hoje o que acontece nas licenças. E cito os  
334exemplos das atividades de remuneração. Somente lá quando se faz a renovação da licença é que se faz o relatório das  
335atividades envolvidas naquele período. O problema todo que vejo, e aí vem a minha preocupação, e não colocar isso na  
336forma de resolução, que a interpretação das empresas é no sentido de que cumpriu o que está na licença. E nós sabemos, e  
337quem for consultor aqui sabe o quanto a gente sofre. Por um lado as críticas da má qualidade dos trabalhos. Por outro lado,  
338do fato de que as consultoras fazem, para o empreendedor, e, na verdade, temos a obrigação de entregar a licença, e isso  
339é uma falsa idéia, e a consultoria correta não tem essa obrigação, temos que fazer o trabalho corretamente. E só para citar  
340como isso, na verdade, vai acontecer, e porque vai haver uma discussão de empresas que não querem esta condicionante  
341na minha licença, já que só daqui a quatro anos vou ter que apresentar, vou renovar, e para que vou fazer, contratar um  
342responsável técnico, contratar um técnico para ficar acompanhando as medidas durante este período todo, se somente  
343daqui a quatro anos vou ter que apresentar um relatório. Isso é uma preocupação que tenho, na prática, vai acontecer, com  
344certeza, empresas hoje mais avançadas, empresas responsáveis não fazem isso, mas há um universo de empresas que vai  
345acontecer, e tanto é assim que ao saber de um provável trabalho de um cliente, que não consigo declinar o nome, mas ao  
346saber dessa proposta que está sendo aprovada, ele tem um processo, e ele até nem sabia, e ele sabia desta questão da  
347renovação, da prorrogação do prazo, e trabalhos que estavam para serem realizados agora, não, espera aprovar, e talvez  
348só precise desse trabalho daqui a um ano. E é esse tipo de situação que ficando claro numa resolução deixa esta discussão

349para segundo plano. Então, a minha preocupação é nesse sentido. Agora, se o Plenário entender que está dentro das  
350condicionantes, concordo, realmente, a FEPAM estabelece uma série de condicionantes, mas há alguns que é somente na  
351renovação. **Sr. Presidente:** Esta seria, então, a justificativa para a inserção deste item. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Com  
352relação ao comentário do Conselheiro Bugin, que a FEPAM não tem nada contra a colocação deste item na resolução,  
353porque já fazemos isso, não é novidade. Com relação aos comentários infelizmente a FEPAM, mais da metade de seu  
354licenciamento, refere-se a atividades de impacto local que deviam estar sendo feitas pelas Prefeituras. Então, nós não  
355vamos pegar uma padaria, por exemplo, e botar exigência semestral, trimestral para apresentar coisa para a FEPAM, isso é  
356óbvio. No convencimento da licenciamento, que hoje tem um ano, apresenta dados para a gente renovar. Agora, os  
357empreendimentos que entendemos que são de licenciamento da FEPAM, são empreendimentos com impactos de âmbito  
358regional, com certeza, as exigências são mensais, trimestrais, semestrais, não são nem anuais. E nós trabalhamos assim há  
359muitos anos. **Sr. José Lauro de Quadros:** Eu peço desculpas a V.Exa., Sr. Presidente, e aos demais Conselheiros, pois  
360me preparei para a reunião, mas no fim ficou faltando uma coisa, e uma delas, é neste item 4.2.2 relacionados a custos  
361operacionais. Poderia ter, por um telefonema, poupado vocês dessa manifestação que vou fazer agora. Temos uma grande  
362preocupação no nosso País dessas múltiplas taxas, impostos, contribuições provisórias, que se tornam permanentes,  
363impostos compulsórios, e por ali vai, e são 40, 50, 60 taxas que vêm em quem produz. E para citar o exemplo, o IBAMA, há  
36440 anos, criou a taxa de controle de fiscalização ambiental e liderei, em nível de Brasil, um movimento com todas as  
365entidades do setor da base florestal, e por três anos derrubamos esta taxa. E agora, no final do ano, no Governo passado,  
366foi feita uma medida provisória, transformada em lei, e a TCFA hoje é lei. Entramos com uma ADIN, e o Supremo Tribunal  
367Federal não conheceu da ADIN. E estamos pagando a TCFA, que é uma taxa ilegal e imoral. Ilegal, porque é  
368inconstitucional; e imoral, porque é cobrado por um serviço que não tem contraprestação. Existe preço público e existe taxa.  
369O preço público é de livre arbítrio da pessoa pagar a taxa, e a taxa é compulsória. E se já temos essa taxa ambiental  
370compulsória em nível nacional, fiz este intróito para perguntar o seguinte: custos operacionais da FEPAM: todo o nosso  
371pessoal, que está registrado, vem pagando, mas a minha curiosidade é a seguinte: como é ao arbítrio da FEPAM, do  
372Conselho, os critérios que são usados, porque hoje é uma taxa de um valor que ninguém está reclamando, e qual é a  
373liberdade de ação que existe para definir os valores destas taxas. Normalmente, uma taxa tem outros fóruns ou assembleia,  
374enfim. O Conselho de Administração tem liberdade total e quais são os critérios utilizados na definição de taxas. **Sr. Mauro**  
375**Gomes de Moura:** Conselheiro José Lauro. Acho que não vou comentar com relação às outras taxas que o senhor  
376comentou, mas hoje os custos operacionais da FEPAM estão previstos na lei de criação da FEPAM. Só colocamos aqui o  
377que está já na lei de criação da FEPAM. O segmento irrigante vai ter uma discussão daqui a um pouco sobre uma norma, e  
378se alguns segmentos acham que os custos operacionais da FEPAM estão mal calculados ou mal distribuídos, acho que  
379caberia, de repente um pedido de análise por meio de uma das Câmaras Técnicas para discussão desse assunto. Há até  
380idéias na FEPAM de como resolver esse assunto de outra forma. Mas acho que caberia uma discussão em outro fórum. Por  
381enquanto, temos uma lei de criação da FEPAM que nos obriga a fazer essa cobrança, e temos alguns critérios de porte e  
382potencial, custos de análises, se precisa vistoria ou se não precisa, etc. Mas é uma discussão em aberto. E hoje posso-lhe  
383garantir que apesar de fazer essas cobranças, esses custos, a FEPAM não consegue cobrir 30% dos seus custos  
384operacionais mensais, mesmo que hoje os empreendedores achem o nosso custo de licenciamento bastante alto. Hoje o  
385Tesouro nos ressarcir ainda quase 70% dos nossos gastos mensais na FEPAM. **Sra. Maria Odete da Rosa Pereira:** Quero  
386retomar a questão do Conselheiro Bugin que ele se coloca como consultora, e quero dizer que não sou consultora nestas  
387questões, mas, em todo caso, como ONG a gente está no controle social das coisas. E uma das coisas que sempre nos deu  
388bastante segurança foi essa questão do licenciamento, que quanto tínhamos que optar entre um e outro, preferíamos esse  
389que era um prazo menor do que esse de 4 ou 5 anos, então, a nossa preocupação que isso subjetivamente não fique  
390influenciando: agora a licença, como o outro Conselheiro se referia, pois para as empresas o que importa é o que a licença  
391exige. Existe uma rotina administrativa da FEPAM de exigências, mas acredito que temos aqui a oportunidade de fazer as  
392coisas bem explicitadas por meio da resolução. Penso na questão das auditorias, que é uma coisa já prevista no Código, e  
393que teríamos a oportunidade de regulamentá-las. Não se passou, pode ter passado, e o nosso andamento, que é quase  
394uma questão de ordem da reunião, que pediria ao Conselheiro Mauro, se vai dar sempre esclarecimentos ao Plenário a  
395cada vez, pois está aí representando a Câmara Técnica. Neste caso que se refere a Câmara Técnica, sim, mas, no caso ali,  
396que era quanto aos custos, não sei. Acho que temos que nos ater a questão da pauta. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Sr.  
397Presidente, se mandar eu me calo, sem problema. Hoje estamos afogados no licenciamento e fazendo pouco o que nós  
398gostaríamos de fazer, que é fiscalização. Nosso objetivo não é estar aqui dentro fornecendo papel para as pessoas, e esse  
399prazo de um ano nos afoga nisso, mas nosso papel está na rua vendo se quem recebeu as licenças está cumprindo as  
400licenças. Esse é um primeiro comentário. Então, o prazo de 4 anos vai permitir que a FEPAM vá para a rua melhor do que  
401vai hoje. Com relação à auditoria, o Secretário Wenzel e o Presidente da FEPAM nos solicitaram uma proposta de resolução  
402a ser enviada ao CONSEMA, e ainda estamos formatando, não é um assunto fácil. E nós, provavelmente, em agosto ou  
403setembro, não tenho certeza, porque realmente não é um assunto fácil de se formatar, e estaremos enviando uma proposta  
404de resolução para auditoria ambiental no Estado do Rio Grande do Sul. Está em formatação, o documento já está lá com 16  
405páginas, e internamente, não nos acertamos na SEMA, mas quando conseguirmos formatar esse documento, ele virá para  
406análise das diversas Câmaras Técnicas do CONSEMA. **Sra. Carla Maria Pires Rangel:** Boa-tarde. Queria dizer que eu

407tenho o maior respeito pelos comentários do Conselheiro Bugin, mas, na verdade, até por uma questão um pouco didática,  
408ele já se explicou, mas acho muito complicado. A gente, que é Conselheira, estamos representando instituições e não a  
409nossa opinião, de aparecer assim na hora da votação adendos de itens que a gente sequer teve oportunidade de discutir  
410dentro de nossas representações. Acho que a gente deve tentar evitar, Bugin, e sei que te explicaste, mas esse assunto já  
411está sendo discutido desde o ano passado. E acho que sempre é ruim, que na hora da gente votar, a gente não está nem  
412com o documento inscrito na mão para avaliar se a gente vai estar de acordo ou não com o conteúdo do adendo que está  
413sendo proposto. Em relação especificamente ao adendo, acho que a FEPAM tem plena autonomia para definir nas licenças  
414esses pedidos: colocar como uma exigência de que ela tenha que pedir em todas os licenciamentos e terem que cumprir a  
415entrega de relatórios anuais, também vai fazer com que a FEPAM venha a receber um monte de papel todos os anos para  
416ficar analisando, é mais uma burocracia. Já que a Conselheira do CEA manifestou comentário sobre auditoria, acho que é  
417muito mais eficaz ter uma sistemática de auditoria do que ficar mandando relatórios anuais para a FEPAM. Então, além de  
418tudo, isso implica em custos adicionais para as empresas, e há empresas de grande porte, médio porte e pequeno porte, e  
419temos que pensar nisso também. Então, a minha opinião é que a gente evite de ficar colocando esse adendo nesse  
420momento na proposta de votação dos prazos de licenciamento. **Sra. Maria Odete da Rosa Pereira:** Nesse caso da  
421proposta de emissão de relatório, poder-se-ia ter o caminho do meio, que seria não pedir para todos, não fazer uma coisa  
422geral mas fazer de acordo com o impacto, auto- impacto, alguma coisa que fosse extremamente necessária, algum critério.  
423E o relatório, a meu ver, é positivo, embora ela tenha razão com relação a gerar mais trabalho. Mas, no controle que temos,  
424e temos lá distrito industrial, não é impacto local. E temos impactos lá que precisam de muito esforço. **Sr. Mauro Gomes de**  
425**Moura:** Essas exigências já são feitas pela FEPAM em todos os empreendimentos. Com exceção dos empreendimentos de  
426impacto local, dificilmente algum empreendimento aqui, a não ser de mineração por uma razão mais especial, deixa de  
427apresentar relatórios no mínimo semestrais para a FEPAM, e isso já é feito, não temos essa preocupação. Com mineração  
428tem uma característica especial. Uma pedreira, a menos que esteja construindo uma estrada, alguma coisa, o deslocamento  
429da frente de lavra é lento, por isso que se faz uma exigência ao se apresentar o cumprimento do Plano de Controle  
430Ambiental anual, normalmente. A menos que seja um outro tipo de lavra. Então, há alguns empreendimentos que têm  
431algumas características. Nós vamos pedir para uma pedreira apresentar mensalmente o avanço da frente de lavra, não tem  
432sentido. Agora, para outros empreendimentos minerais pode ter sentido. Então, analisamos caso a caso para fazer a  
433exigência. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Queria reforçar o que a Carla falou em relação a nós começarmos a  
434votar emendas às resoluções, emendas que forem feitas na Plenária. Precisamos das ONGs, e muitas vezes nós discutimos  
435as resoluções nas Entidades, e com técnicos, e muitas vezes se vem para cá com uma posição fechada e não se tem o  
436conhecimento técnico para analisar se aquela emenda é positiva ou negativa. Então, para nós, fica bastante complicado  
437votar alguma coisa sem termos recebido com a devida antecedência. **Sr. Alexandre Bugin:** Com certeza queria colocar  
438que tenho entendimento que é extremamente urgente que se aprove uma resolução desse tipo para justamente  
439conseguirmos agilizar e de uma forma ser mais efetivos. Também, reconheço isso, tanto é que coloquei isso no início, e em  
440respeito aos Colegas Conselheiros que fizeram uma lembrança, e acho que está correto. Também concordo que a FEPAM  
441já faz esse tipo de procedimentos. Acho que na prática vão ocorrer interpretações diversas que a FEPAM vai ter que se  
442posicionar, enfim, vai criar uma tensão com determinados perfis de empresas no sentido de que se aplique a coisa. Eu  
443retiraria a proposta de um artigo. Em relação a questão daqueles itens 3.1 a 3.8, no meu ponto de vista, entendo que eles  
444devem ser mantidos, independente se está ou não na Resolução 237, que 99% das empresas não sabem, e sabem só que  
445existe uma Resolução 237, mas não sabem o teor dela. E acredito que sejam importantes estas definições. E solicitaria que  
446fosse acrescentado, nas definições, um item definindo condicionantes e restrições. E não há isso, pois está definindo  
447poluição, e tiraria a emenda da resolução e define condicionantes, e se apresenta definição de condicionantes e restrições.  
448Não alteraria nada a resolução, e acredito que isso não há nenhum tipo de objeção, porque é condicionante e restrição uma  
449definição. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** As definições estão aqui por um artigo, e se tu não defines com alguma coisa  
450posterior, não há sentido de fazer definição. **Sr. Alexandre Bugin:** Não, tem o termo "condições e restrições" mais à frente,  
451inclusive está em itálico um dos itens da lei, que diz: "condições e restrições", é só questão de colocar na definição. E  
452resolveria esta questão retirando a minha proposta. **Sr. Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos para os  
453encaminhamentos de votação. Considerando que há algumas sugestões de inclusão que não venham a alterar os  
454conteúdos discutidos previamente, iniciamos o processo de votação do texto dessa Minuta, que funcionará como uma  
455norma aprovada por resolução do CONSEMA. Seguindo a forma que ela tem, começamos pelo item 1 em diante para  
456observações que porventura os Conselheiros tenham. **Sr. José Lauro de Quadros:** (Questão de Ordem). Neste  
457encaminhamento de votação, e para agilizar os trabalhos sugiro que o texto completo da resolução seja colocado para  
458encaminhamento de votação e que seja solicitado destaque se alguém tem destaque a fazer. Se não houver destaque,  
459votamos em bloco o texto como está. E posteriormente, se houver interesse de algum Conselheiro apresentar alguma  
460emenda para incluir neste básico, seria discutido emenda por emenda. Mas que colocássemos essa possibilidade final  
461agora no anteceder da votação, o texto completo, se há algum destaque por algum Conselheiro. Se não há, coloquemos em  
462votação. Da minha parte já adianto: o meu voto é pela aprovação integral do texto que está aqui. **Sr. Presidente:**  
463Consultamos os Conselheiros sobre a posição do Conselheiro José Lauro de Quadros. Aprovam este encaminhamento, ou  
464seja, submetemos a este Conselho, se tiverem destaques, senão, em bloco, integral. Os que concordam com este

465encaminhamento se manifestem levantando o crachá ou a mão. Contrários (Ninguém). Abstenções (Nenhuma). Algum dos  
466Conselheiros têm destaques para fazer em relação a este Minuta de Resolução. **Sra. Maria Odete da Rosa Pereira:**  
467Esclarecimento: a proposta do Conselheiro Bugin está incluída, das condicionantes? **Sr. Presidente:** A definição de  
468condições e restrições, com a inclusão, nos termos da proposta do Conselheiro Alexandre Bugin, em votação a **Minuta de**  
469**Resolução para procedimentos, critérios técnicos e prazos para o licenciamento ambiental.** Os Conselheiros  
470favoráveis levantem o crachá: por **unanimidade** dos presentes, aprovada a **Minuta de Resolução. 4 – Aprovação da**  
471**Minuta de Resolução CONSEMA sobre Irrigantes; (Obs.: pendência do IBAMA).** Antes de procedermos ao início da  
472discussão em relação a esta Minuta dos Irrigantes que a observação constante da pauta de reunião perde a sua eficácia  
473considerando que FEPAM, IBAMA e o DEFAP discutiram previamente a questão. Faltava uma discussão final para o  
474encaminhamento da Minuta discutida na Câmara Técnica com algumas observações que o IBAMA faria. Justifica-se: com a  
475ampliação da área do Taim, da Reserva do Taim, e com relação a competências de licenciamento, considerando ser o Taim  
476uma área de preservação administrada pelo Governo Federal havia a necessidade prévia de definir, esclarecer como o  
477IBAMA agiria em relação a isso: o que foi feito e não alterou o que já tinha sido discutido, ou seja, vale aquele texto que os  
478senhores já conhecem. Vamos para a discussão da Minuta de Resolução relativamente aos Irrigantes. Aqui chamo  
479novamente o Mauro, como participante da Câmara Técnica para fazer a explanação. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Como  
480todos os Conselheiros sabem, esse assunto vem na esteira do convênio sobre cadastro ambiental para atividades  
481agropecuárias celebrado entre a FEPAM, Departamento de Recursos Hídricos, IRGA, FARSUL, FEDERAZZOZ, FEARROZ,  
482FECOTRIGO, FAMURS e Ministério Público lá em 1998. Esse convênio dava prazo para o licenciamento do setor de  
483irrigação até 2003. Nesse meio tempo, tivemos uma resolução do CONAMA 284 que deu prazo também até 2003 para o  
484licenciamento do setor irrigante. De fato, não aconteceu nenhuma coisa, nem outra. Muito pouco empreendimento dessa  
485área irrigante foi licenciado, calculamos que há 12 mil empreendimentos a serem licenciados. A própria FEPAM, por falta de  
486pessoal, ou o próprio Departamento de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas, etc, não fizeram os  
487acionamentos necessários. O que se pretende com esta resolução. Esta resolução tem um prazo muito curto, que vigora, se  
488aprovada, por seis meses, somente. Pretende-se trazer, com uma forma mais facilitada, todo o setor de irrigação para o  
489licenciamento ambiental. A partir dos dados fornecidos pelo próprio setor estabelecer, como diz aqui na norma: um plano  
490estadual de regularização dessa atividade ao longo de cinco anos. Não temos mais condições de voltar à sociedade, eu  
491pelo menos não tenho, e eu ajudei a fazer este cadastramento quando fui diretor em 98 aqui na FEPAM, esse convênio de  
492cadastro na Assembléia Legislativa. Nós não temos mais cara-de-pau de voltar na sociedade e dizer que vamos fazer um  
493novo cadastramento por mais cinco anos. Não, queremos trazer todo o setor para a regularização, inclusive para  
494regularização frente as unidades de conservação e frente a área de recursos hídricos. Então, foi proposta esta resolução,  
495ela é uma forma mais simplificada de licenciamento, prevê um programa para regularização da atividade ao longo de cinco  
496anos, inclusive o programa de regularização das atividade será aprovado por este Conselho a partir dos dados desse  
497primeiro licenciamento. Feito o primeiro licenciamento, a FEPAM vai fazer, por meio da SEMA, do Secretário Wenzel, uma  
498proposta de regularização ao longo de cinco anos, e é óbvio que discutido com as Entidades que firmaram aquele convênio,  
499para trazer alguma coisa mais amarrada aqui para o CONSEMA, mas quem vai decidir como se regulariza, ao longo de  
500cinco anos, essa atividade, vai ser o CONSEMA, provavelmente com uma forte intervenção do Conselho de Recursos  
501Hídricos e também do Setor das Unidades de Conservação – SEUC. Vai ter que haver um grande acordo para que a gente  
502possa fazer um plano ao longo de cinco anos, pelo menos cinco anos foi a proposta. A Malu vai mostrar o nosso formulário  
503como está ficando, pois o cadastramento está previsto para ser feito via internet, e só vamos mostrar o “rosto” dele, não  
504vamos discutir os itens e nem nada, só para terem uma idéia de como está ficando. Cada consultor vai ter uma senha para  
505entrar e fazer o cadastro. **Sra. Malu:** A partir de que a pessoa se logar no início, há uma senha de *login* e vão aparecer  
506todos os empreendimentos que ele cadastrar e a partir disso ele vai já verificar se o cadastro está concluído ou não. E se  
507esse cadastro está concluído é o que vai gerar o processo e esse processo vai gerar o documento que vai ser enviado para  
508o empreendedor. Agora, vamos a parte de formulário. Esse aqui é a lista do que já foi cadastrado. **Sr. Mauro Gomes de**  
509**Moura:** Fica igual ao sistema de imposto de renda, vai abrindo cada um dos itens e preenchendo. **Sra. Malu:** A pessoa vai-  
510se identificar e se ela não for o proprietário vai ter que identificar quem é o proprietário daquela área que ele está  
511trabalhando. Então, aqui seria a lista de todos os usuários daquela área que está sendo irrigada. Estamos desenvolvendo lá  
512embaixo e estamos mostrando o que está sendo desenvolvido. Nesta primeira vai aparecer a lista com este cadastro e  
513depois aparecerão todos os complementos. E onde aparecer asterisco são os dados que o empreendedor vai ter que  
514identificar: quem é o proprietário da área, quem é o responsável técnico, método de irrigação, sistema de cultivo de arroz e  
515o que não tem ali com o asterisco é o que ele pode informar ou não. Depois, no final, quando ele faz todo o cadastro vai  
516aparecer uma opção que ele vai dizer se todo aquele cadastramento dele está concluído ou não, e, se tiver, vai aparecer um  
517recibo, que nem no imposto de renda, dizendo: “Foi entregue na FEPAM e o processo gerado é o processo tal”. **Sr.**  
518**Francisco Schardong:** Quando está disponível? **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Dentro de três semanas, e temos que  
519resolver mais um problema, que foi pedido da FARSUL, que temos que encaminhar um pedido de redução de licenciamento  
520para o Conselho de Administração da FEPAM, que foi pedido dos senhores. **Sr. Francisco Schardong:** Pedido da  
521FARSUL, não, mas da Câmara Técnica. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Da Câmara Técnico com um todo. **Sr. Francisco**  
522**Schardong:** Do IRGA. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Então, só podemos encaminhar para o Conselho de Administração se

523esta proposta for aprovada aqui. **Sr. Francisco Schardong:** E a proposta partiu dos senhores. **Sr. Mauro Gomes de**  
524**Moura:** Sem aprovar aqui não podemos reunir o Conselho de Administração. **Sr. Francisco Schardong:** O representante  
525do Banco do Brasil está aqui, e ele não pode esperar três semanas, e quero saber como vai ficar, estamos prensados. **Sr.**  
526**Mauro Gomes de Moura:** Não gostaria de entrar nesta discussão, mas os senhores estão com cadastro válido até primeiro  
527de outubro e os senhores estão com a Resolução CONSEMA até primeiro de outubro. Esta preocupação não existe. E me  
528desculpe, Conselheiro, o senhor tem razão: em vez de 6 meses a Câmara Técnica aprovou até março de 2004. **Sr. Valery**  
529**Pugatch:** Só para esclarecer que a proposta sobre custos de licenciamento foi feita pelo IRGA à Câmara Técnica, e não  
530pela FARSUL. E queria fazer uma pergunta com relação ao formulário para licenciamento: a identificação das áreas, por  
531meio do sistema de coordenadas, como vai ser feito? **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Não conheço esta área de  
532coordenadas, mas por sistema de GPS simplificado, e vocês estavam com medo que fosse o GPS geodésico, não é isso.  
533**Sr. Valery Pugatch:** Isso foi discutido pelo setor de arroz e não seria apenas o pedido de coordenadas da área, não  
534importando qual é o sistema utilizado, se é GPS ou se é Carta de Exército ou qualquer outra coisa? **Sr. Mauro Gomes de**  
535**Moura:** Isso foi trazido para a área técnica e foi determinado o sistema GPS, não sei lhe informar a forma, sou químico, não  
536sou desta área, mas que todos podem atender. O nosso interesse é trazer todo o setor para a regularidade do  
537licenciamento. Não pretendemos “complicar”, pois nos trouxeram uma posição que estaríamos exigindo uma posição de  
538GPS, de um GPS que custa doze a quinze mil reais, alguma coisa assim, não é isso. Agora, não consigo lhe dar detalhes  
539com relação a sua pergunta. **Sr. Ivo:** Nós fazemos um grupo ligado à Câmara Técnica e marcar um dia e vim assistir  
540contigo aqui até para discutir, e daqui a um pouco, dentro da Câmara Técnica, uma coisa que vai interessar justamente à  
541classe e então, discutir o formulário é perda de tempo dos outros Conselheiros. Acho que seria muito mais interessante a  
542classe irrigantes vir discutir diretamente. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** No máximo em duas semanas, pois temos grande  
543interesse que isso vá para o ar também, e queremos testar uma versão de informática, e vamos conversar com os senhores  
544para fazer um teste, e isso já está previsto para que a gente possa inclusive ver se está funcionando externamente à  
545FEPAM. Estamos fazendo testes internos, estamos fazendo alguns testes de casa para ver se está acessível externamente  
546à FEPAM mas há também alguma parte do conteúdo técnico queremos discutir. Então, devemos estar discutindo uma  
547versão alfa ou beta, mas com os senhores durante alguns dias. **Sr. Guilherme Dorneles:** Sou Conselheiro Substituto da  
548AGAPAN, e a primeira pergunta que me vem com relação a esta proposta: com a compatibilização desta proposta com o  
549Plano Estadual de Recursos Hídricos. E não sei se foi feita referência a isso em alguma outra reunião e com relação  
550também a questão dos Comitês de Bacias, os comitês existentes, como é que eles se inserem dentro desse plano de  
551regularização da atividade, como está o diálogo, primeiro com esse diploma, que é o Plano Estadual de Recursos Hídricos e  
552depois com os Comitês de Bacias. **Sr. Presidente:** Com a palavra o Rogério Deves, que é o Diretor de Departamento de  
553Recursos Hídricos da SEMA. **Sr. Rogério Deves:** A proposta de resolução prevê a elaboração de um Plano Estadual de  
554Regularização da Atividade de Irrigação. Dentro deste plano é que estamos inserindo toda a variável recursos hídricos,  
555tanto nos aspectos de outorga de uso da água, quanto nos aspectos de compatibilização com os diferentes planejamentos  
556sobre recursos hídricos que vão ser executados nos próximos tempos. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Fizemos uma reunião  
557com os Comitês de Bacias Hidrográficas especificamente aqui, há cerca de um mês, onde nós discutimos esse assunto, e  
558para nós, da FEPAM, está bem clara uma coisa com relação a este setor. Nós não vamos conseguir trabalhar sozinhos,  
559daqui para a frente, e não é pelos próximos cinco anos, e não é ainda dentro do Plano, é para o resto da vida, sem uma  
560forte integração com os Comitês de Bacias Hidrográficas. E temos certeza disso, e vou brincar um pouco, mas vamos ter  
561que botar os Conselhos a trabalharem mais amiúde neste assunto, porque provavelmente, no futuro, muitas das condições  
562e restrições que nós vamos colocar nas licenças deste setor, virão de definições dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Não  
563serão definições dadas pela FEPAM, nem pela SEMA, mas definições dos desejos dos Comitês, onde os próprios irrigantes  
564têm participação. E vejo, no futuro, como esse licenciamento muito articulado com os Comitês de Bacias Hidrográficas. **Sr.**  
565**Alexandre Bugin:** Como representante titular dos Comitês e o Roberto, como suplente, para te colocar Guilherme, que isso  
566está sendo discutido, e inclusive há a representação dos Comitês na Câmara Técnica, e essa Minuta passou por todos os  
567Comitês e houve realmente esta articulação e está de acordo com a proposta dos Comitês. **Sra. Kathia Maria**  
568**Vasconcellos Monteiro:** Queria um esclarecimento com relação ao item 2 do art. 2º referente aos empreendimentos que  
569estão há 10 Km das Unidades de Conservação. Aqui diz que a primeira licença de operação não precisa ouvir o IBAMA. E  
570isso é porque esta primeira LO é esta que vai valer até março do ano que vem? **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Março de  
5712005. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Então, ela é uma licença automática? **Sr. Mauro Gomes de Moura:**  
572Automática, e posso-lhe explicar isso da seguinte forma: hoje, pelo licenciamento usual da FEPAM, o empreendedor tem  
573que apresentar alguns documentos para a FEPAM no licenciamento usual. Em primeiro lugar, esta resolução só trata de  
574empreendimentos existentes no Estado. Essa resolução não trata de LPs, licenças prévias e nem de licença de instalação.  
575Essa resolução trata de empreendimentos que estão aí há 05, 10, 15, 20 anos. No licenciamento usual da FEPAM, quando  
576nós vamos regularizar estas atividades, diversos documentos são exigidos. Entre outros, um documento do DRH ou da  
577Agência Nacional de Águas com relação ao uso de recursos hídricos e o documento do IBAMA ou do DEFAP, conforme a  
578região, com relação à unidade de conservação. São documentos relativamente demorados e, seja como for, na situação de  
579hoje, se nós trouxéssemos esses 12 mil empreendimentos para o licenciamento na forma usual, nós não teríamos  
580condições, nem o DRH, nem o IBAMA, nem a FEPAM, que fazer o licenciamento da forma usual. Então, o que está-se

581fazendo? Está-se trazendo todo o setor para uma posição de regularidade, é um setor que já existe e está aí captando água  
582há 20, 30 anos, e com a questão dos recursos hídricos, principalmente de recursos hídricos, ao longo de 5 anos vai-se  
583procurar fazer as outorgas, e espera-se que tanto a Agência Nacional de Águas como o DRH consiga, em 5 anos, fazer com  
584os Comitês de Bacias Hidrográficas isso. Só que com relação às unidades de conservação, só se está dando um 1 para  
585que, durante a vigência, desta primeira licença, procurem as unidades de conservação e façam a sua regularidade. Então,  
586isso é o que diz essa resolução, a senhora está correta. **Sr. Presidente:** Abrimos o processo de votação da presente Minuta  
587de Resolução. Há destaques que os Conselheiros queiram fazer? Em votação, na íntegra, a Minuta de Resolução que nós  
588sintetizamos com o nome dos "Irrigantes". Em votação: os Conselheiros favoráveis levantem o crachá; Conselheiros  
589contrários se manifestem; Abstenções: **Aprovada** a Resolução por unanimidade dos Conselheiros presentes. **Sr. Francisco**  
590**Schardong:** Vou aproveitar a presença do Secretário Wenzel. O Presidente falou há pouco em competência. E eu trouxe  
591aqui quatro produtores rurais, que estão aqui, e vou discordar do representante da FARSUL, Dr. José Lauro, quando diz que  
592o IBAMA está em greve: ele não está em greve, e aqui há pessoas multadas dentro da greve do IBAMA. E inclusive, para  
593surpresa minha, aqui há produtores documentados, que estavam amparados pelo cadastro de 98/99. No cadastro de 98  
594eles colocaram que a taipa daquela represa tinha, naquela época, em 98, 30 anos. O IBAMA foi lá e multou-os, inclusive  
595com multas diárias pesadas. Está ali o produtor, ele teve que abrir a taipa. Então, gostaria de saber o que está havendo: se  
596o IBAMA e a FEPAM estão com a mesma competência, há quatro aqui, que foram multados, inclusive vieram com toda a  
597documentação. Então, gostaria de saber o que é competência, porque no licenciamento não vai-se saber nunca. Então,  
598vamos ter uma linha divisória, porque a situação está ficando muito difícil. É em todo o Estado que o IBAMA está agindo. E  
599aqui trouxe quatro produtores irrigantes de arroz, pequenas lavouras de Santa Maria, daquela região de Arroio do Só, e eu  
600gostaria de perguntar ao Secretário como fica a situação. Ele foi na Promotoria Pública de Santa Maria, a Promotora disse  
601que eles não poderiam ter feito isso, de maneira nenhuma, que até podem entrar com uma ação de perdas e danos contra o  
602IBAMA. Então, vamos ter que fazer uma linha divisória o que é competência do IBAMA e o que é competência dos  
603senhores, senão vai ficar muito difícil trabalhar assim. E é isso que gostaria de levar sobre este assunto. **Sr. Presidente:**  
604Schardong, gostaria de registrar que a FEPAM e o IBAMA estão em conversações, em entendimento para exatamente uma  
605definição da questão de competências. **Sr. Francisco Schardong:** Então, até a definição era importante que os Senhores  
606falassem com a Delegada do IBAMA de que não houvesse nenhuma multa, então. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos**  
607**Monteiro:** (Questão de Ordem). Vou pedir que encaminhe esse assunto com urgência que nós temos ainda cinco pontos de  
608pauta para tratar nesta reunião. **Sr. Francisco Schardong:** Acho que este assunto é importante dentro do licenciamento  
609ambiental. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Temos mais cinco pontos que estão pendentes. **Sr. Francisco**  
610**Schardong:** Se não é o fórum competente, não sei, e fui para o IBAMA e disseram que tinha que trazer o assunto para o  
611IBAMA. Só levantei o assunto porque esse é o fórum competente, agora, se os senhores acham que eles certos, não há  
612problemas. **Sr. Presidente:** Está presente aqui o IBAMA, pela Lúcia Anelo. **Sra. Lúcia Anelo:** Só para registrar que estou  
613aqui hoje, não na condição de Conselheira, mas venho aqui como ouvinte, como observadora, representando o IBAMA, e  
614como estamos em período de que nossos funcionários estão em greve, a nossa gerente está numa atividade que não pode  
615ser desmarcada na Cidade de Pelotas, portanto, ela não se fez presente nesta reunião. E sobre esta questão, tanto do  
616ponto de vista da aprovação da Resolução dos Irrigantes, como assim chamamos, temos duas manifestações importantes a  
617fazer: uma delas é justamente que a questão das competências concorrentes ou das atividades supletivas entre um órgão e  
618outro, precisa ser coordenada e não é só na área dos irrigantes, é em todas as áreas. Então, essa é uma questão que nós  
619estamos tratando e é uma prioridade da Gerência Executiva, nesse momento, solucionar este problema. A outra questão  
620em relação à fiscalização, que a fiscalização é sempre positiva. E se ela se exceder, há os fóruns legais, fóruns específicos  
621para essa discussão. Com certeza, não é orientação da Gerência a fiscalização indiscriminada, sem nenhum critério prévio.  
622Agora, se o fiscal está a campo e constata uma irregularidade, ele tem que fazer o ato administrativo. E tanto que do ato  
623administrativo cabe recurso e cabem outros procedimentos. De qualquer sorte, queremos registrar que não é orientação da  
624Gerência a fiscalização pela fiscalização, mas sim coordenada dentro do Sistema Nacional de Meio Ambiente e do Sistema  
625Estadual de Proteção Ambiental. **Sr. Alter Miranda da Silva:** Sou representante do Banco do Brasil, da Superintendência  
626Estadual. Fiquei preocupado agora quando fiquei sabendo, que o Schardong comentou, sobre os produtores que foram  
627autuados. E com relação aquele prazo que o formulário estará pronto em três semanas, e foi dito que até outubro quem fez  
628o cadastro em 98 ainda está dentro da norma. E quem fez o cadastro em 98 não chegou a ser analisado. Quem vai garantir  
629a nós, Banco do Brasil, que nos preocupamos com o meio ambiente, e talvez outros bancos não estejam tão preocupados,  
630e temos mais ou menos 80% dos produtores de arroz financiados, e quem nos garante que com essa nova solicitação será  
631deferida pela FEPAM depois e o Banco do Brasil não gostaria de ter os seus clientes enquadrados na lei ou fora da lei, e o  
632próprio Banco do Brasil não ficaria nada satisfeito de ver o seu nome como financiador de uma atividade em desacordo com  
633a lei. **Sr. Presidente:** A Resolução, que acaba de ser aprovada, supre esta sua preocupação. **Sr. Alter Miranda da Silva:** O  
634simples dele se cadastrar novamente está garantindo que ele não vai ser autuado? **Sr. Presidente:** Acredito, caro gerente,  
635que o senhor possa levar uma cópia, o senhor leia detalhadamente e o senhor vai perceber. Não vai ter problema. **Sr.**  
636**Guilherme Dorneles:** Uma explicação sobre o prazo, que aqui está 31-03-2005 e foi dito 1 ano, e estou confuso. **Sr.**  
637**Presidente:** Está aprovado, é 2005. **Sr. Presidente:** Com esta elucidação, concluímos o Item 4 da pauta. **Sr. Mauro**  
638**Gomes de Moura:** Esta Resolução permite que o setor faça o licenciamento desta forma mais simplificada, não é cadastro,

639é licenciamento, até março de 2004. Esta Resolução só vale até março de 2004. A licença valerá até março de 2005. São  
640duas datas: uma é prazo de validade da Resolução e outra é prazo de validade da licença. **Sr. José Lauro de Quadros:**  
641Peço desculpas de V.Exa., Presidente, pode-me cassar a palavra: estava encerrado o Item 4 e fiquei preocupado com o que  
642foi levantado pelo Vice-Presidente da FARSUL, Francisco Schardong, com a preocupação da Conselheira Kathia, mas  
643estão produtores presentes. E o nosso Conselho Estadual do Meio Ambiente é um Conselheiro democrático e há os  
644Conselheiros que votam, mas a sociedade pode estar aqui representada, como está hoje pelos produtores irrigantes, que  
645vieram ouvir e participar de uma reunião para ver como são tratados os seus interesses pelos órgãos públicos e pelas  
646entidades as quais estão associados para defenderem os seus direitos. E acho que o Vice-Presidente Schardong ficou com  
647uma dúvida, como agora também fiquei depois de ouvi-lo, porque se nós temos agora uma Resolução, como encaminhar a  
648legalização de todos os irrigantes, e se não houver este entendimento com o IBAMA, porque claro, o órgão federal traça  
649normas e ele fiscaliza. Mas, nos Estados em que há órgão estadual ambiental, como é o nosso caso, há uma delegação  
650tácita, vamos dizer assim. E mesmo que o IBAMA continue fiscalizando, e acho, Dra. Lúcia, que é importante, pois todos os  
651órgãos que possam fiscalizar ou que tenham atribuição para tal, devem fazê-lo, certo meu companheiro da PATRAN. É  
652assim, para nós defendermos o meio ambiente. Mas, não podemos é ter conflitos de fiscalização para não levar mais  
653preocupação e intranquilidade aos produtores que vivem trabalhando em baixo do mau tempo. **Sr. Presidente:** Ratificando,  
654Conselheiro José Lauro de Quadros: se, em período anterior, as duas instituições, e diria que FAMURS está presente, como  
655ente municipal não havia conversações, elas estão ocorrendo agora. E na explicitação de intenções, é fundamental que  
656todos os Conselheiros saibam, é muito importante isso, e a Lúcia já assim se manifestou, portanto acho que vai ser difícil,  
657de público tendo dito isso não cumprir, está registrado em Ata: o IBAMA, órgão federal, e a FEPAM, DRH e DEFAP  
658estaduais, juntamente com os Municípios, estamos construindo este caminho onde o cenário esteja claro e onde o  
659regramento para os empreendedores seja compreensível. Então, este caminho nós estamos construindo e o construiremos.  
660**Sr. Francisco Schardong:** Perfeitamente, Sr. Presidente, mas até construir o caminho o senhor, o nosso Secretário, a Sra.  
661Gerente do IBAMA devam fazer um acordo e esperar para ver as delimitações de cada um. Se até o final deste caminho  
662continuar como está hoje vai ficar uma situação muito difícil. **Sr. Presidente:** É o que está sendo construído. **5 – Análise**  
663**dos processos de habilitação dos Municípios de Alegrete e Três de Maio.** Temos analisados e aprovados pela Câmara  
664Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado/Município, temos o encaminhamento ao Plenário deste Conselho  
665dois Municípios novos considerados, pela Câmara Técnica, aptos para passarem a licenciar com base nas Resoluções  
66604/2000 do CONSEMA e 05/98 do CONSEMA e ainda 237/97 do CONAMA, a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada  
667Estado/Município encaminhou ao Plenário deste Conselho, considerando aptos para se habilitarem ao exercício do  
668licenciamento ambiental os Municípios de Três de Maio e Alegrete, passo a ler: “Face ao exposto, encaminhado processo, em  
669anexo, com parecer favorável à habilitação do Município de Três de Maio para o exercício do licenciamento ambiental das  
670atividades de impacto local, de acordo com a Resolução CONSEMA 04/2000 e Resolução CONSEMA 011/200. É o parecer.  
671Em 17-07-2003, assina: Eng. Mário Buede Teixeira, Presidente. **Sr. Mauro André Kern:** Não está especificada a equipe  
672técnica de inspeção da cidade, não está especificado quantos pessoas vão fiscalizar, quantos técnicos existem, se tem  
673Secretaria do Meio Ambiente ou não. **Sr. Presidente:** Está tudo no processo. **Sr. Mauro André Kern:** No ano passado nós  
674recebíamos a cópia disso, e não tenho essa cópia, não tenho idéia do que tem. **Sr. Presidente:** Poder-se-á estabelecer  
675como praxe, Secretária Executiva, incluir. **Sr. Mauro André Kern:** Fica difícil a gente aprovar sem saber. **Sr. Presidente:**  
676Entendo a sua preocupação. Contudo, a Câmara Técnica, seguindo exatamente o que foi explicitado aqui, não teria  
677aprovado se não tivesse a equipe. A Câmara Técnica modificou o encaminhamento para o CONSEMA, de onde retirou essa  
678profusão de papéis que viria. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Srs. Conselheiros. Em nome da FAMURS nós gostaríamos de nos  
679manifestar no seguinte sentido: entendemos que há todo um procedimento que deve ser cumprido para que o Município  
680passe a licenciar as atividades de impacto local. Nós, da FAMURS, entendemos inclusive que o Município não tem o dever  
681de se habilitar. E acho que isso é um erro que nós estamos cometendo, mas já trouxemos isso numa carta e isso  
682provavelmente vai ser objeto de discussão deste Conselho. Agora, gostaria de pedir, Sr. Presidente, de que para evitar  
683esses maus entendidos, eventualmente, de alguém que gostaria de ver a equipe técnica, que estes processos, quando  
684fosse feita a comunicação, fossem deixados para averiguação dos Conselheiros, de repente na manhã que tem a reunião,  
685para que quem tiver interesse, que vá ali e olhe, porque nós, lá da Câmara Técnica, entendemos, e por isso que foi  
686modificado este procedimento, que se o Município cumpriu todos os requisitos exigidos pela legislação, e o Municípios  
687chega aqui e o Conselho homologa o que a Câmara Técnica recomendou, ou seja, o Município está apto. Assim como o  
688senhor quando assina uma licença na Fundação, a licença chega na sua mão para o senhor assinar, porque uma equipe  
689técnica da FEPAM o analisou. Então, entendemos que é esse o procedimento que a gente entendeu fazer até para  
690simplificar o trabalho aqui no Conselho. Entendemos que o Conselho homologa, mas concordo que eventualmente os  
691processos, quando estiverem aptos, que fiquem à disposição dos Conselheiros, quem tiver interesse que vá ali e olhe,  
692verifique e comprove. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Ahamos que poderia muito bem vir junto, pois se é para nós só  
693homologar, ou simplesmente votar contra ou a favor sem ver ou ler as coisas, sem ler um resumo como sempre recebíamos  
694nas vezes passadas, nem precisa passar pelo CONSEMA, desculpem em dizer. Porque se é para nós votarmos isso que  
695está aqui, sem saber um pouco a essência, não precisamos votar também. Com toda a franqueza, sinceridade, porque nós  
696chegar e votar o que está aqui, não estamos vendo nada, não estamos lendo nada. Então, acho que não custa um resumo

697de duas ou três folhas, como sempre acompanhava, para cada um receber na hora, dar uma lida por cima. E se alguém ter  
698alguma coisa para levantar, levanta aqui dentro do Grupo, e não lá fora, ou vim de manhã como? Só para eu ler, e o outro  
699colega já não está lendo, e chega aqui na hora e alguém levanta e não temos cópia. E isso acho que não custaria muito  
700para se fazer isso. **Sr. Guilherme Dornelles:** Ninguém está querendo colocar em dúvida o trabalho da Câmara Técnica.  
701Esta proposta de vir acrescido deste documento explicitando os quadros técnicos do Município, os setores que estão  
702encarregados pelo licenciamento, isso é um resumo, não ofenderia ninguém, e é um dado público extremamente  
703importante, inclusive para a própria comunidade do Município, de saber qual é a estrutura que tem no seu Município. E isso  
704não interfere em nada no trabalho, e pode ser até feito por um formulário padrão dentro da apresentação do processo. Um  
705formulário padrão para a Câmara Técnica, que já agiliza, inclusive o trabalho da Câmara Técnica, e satisfaz plenamente as  
706nossas necessidades que vejo manifestadas por vários Conselheiros. **Sr. Mauro André Kern:** Só citando um exemplo: no  
707ano passado nós recebíamos a equipe técnica dos Municípios. E vou citar um exemplo: o Município de São Borja  
708encaminhou pedido de licenciamento e se pode ver que pelo tamanho do Município de São Borja tinha um fiscal para fazer  
709a fiscalização. E isso é ridículo! Um Município, com São Borja, ter um fiscal para fazer a fiscalização. Não sei quantas  
710pessoas vão ter em Alegrete para a fiscalização. Então, é importante a gente saber exatamente a equipe técnica: quantos  
711biólogos, quantos agrônomos existem, e não custa mesmo ter um anexo. **Sr. Ebersson Thimmig Silveira:** Queria salientar  
712que já se colocou várias vezes em pauta neste Conselho a questão de dar o *referendum* ao trabalho da Câmara Técnica.  
713Não sei se adianta muito ter a relação, por exemplo, caso esse que o companheiro citou de São Borja. Vai aqui começar  
714esse Plenário analisasse se tem condições ou não tem, é começar a discutir um trabalho que já foi passado na Câmara  
715Técnica, pois, afinal de contas, são vários condicionantes que passam para que o Município chegue ao ponto de obter o  
716licenciamento, o credenciamento para o licenciamento. Então, venho de encontro a proposta do Conselheiro da FAMURS,  
717que se coloque o processo à disposição dos interessados, que venha a fazer uma análise, porque acho que daí são  
718assuntos muito particulares, e já veio aqui para dentro deste Conselho coisas caseiras para se discutir aqui, e que algum  
719processo que a pessoa conheça, o Município tal, que venha discutir, peça vista ao processo, como já foi feito aqui dentro.  
720Agora, na minha opinião, não tem necessidade disso aí, e acho que este Plenário referenda ou não o trabalho da Câmara  
721Técnica. Por isso que ela tem credenciamento para isso. **Sra. Maria Odete da Rosa Pereira:** Retomando um pouco a  
722questão das atribuições da Câmara Técnica. Na verdade, a Câmara Técnica deve assessorar o Plenário, para que o  
723Plenário possa tomar as decisões. E se melhorar a estrutura deste relatório que a Câmara Técnica apresenta ao Plenário,  
724uma estrutura de relatório um pouco mais detalhada que possa-nos dar pelo menos a possibilidade de ter algumas  
725curiosidades a mais, porque aqui está muito resumido. Por exemplo, foi analisado e foi satisfatório. E não é questão de  
726assinar embaixo do trabalho da Câmara Técnica ou não. Nós temos lá representantes e tudo, e a gente confia, mas é  
727interessante que esta Câmara Técnica nos traga elementos para que a gente possa tomar as decisões necessárias. Acho  
728que bastaria um relatório um pouco mais detalhado, mais consistente. As informações mínimas tipo o número de habitantes  
729do Município, alguns pontos que são mínimos para que a gente possa ter um diagnóstico mínimo. **Sr. Auro de Quadros**  
730**Machado:** Gostaria de agradecer, e estou aqui em nome da Comissão de Meio Ambiente da OAB, como convidado, sou  
731advogado e a título de ilustração e colaboração com os Conselheiros, só quero lembrar a edição da Lei nº 10.650, que foi  
732editada agora em abril, que trata do acesso às informações ambientais. E isso vai encontro da transparência que todos os  
733atos administrativos devem ter e acho que a FEPAM e a SEMA devem ir para este viés, que é o viés da transparência dos  
734atos administrativos e não vejo por que a Câmara Técnica não passar para os Conselheiros, quando da sessão plenária,  
735alguns documentos para análise final. Então, acho que esta lei veio a contento, e é adequada colocar agora. **Sr.**  
736**Presidente:** A transparência é absoluta e os processos estão sempre à disposição no 9º andar, Sala 911, onde está  
737centralizada a equipe que trabalha nos processos e na orientação para descentralização, não na manhã do dia em que se  
738faz a votação, mas em qualquer momento. Quem cuida disso não é a FEPAM, mas sim a Comissão de Municipalização  
739ligada à SEMA. A equipe que trabalha é múltipla, inclusive neste folhetos estão todos os indicativos. Então, tranquilizando,  
740a Lei nº 10.650, já inclusive passamos para o pessoal da área jurídica, da área técnica para a sua observação, não que se  
741fizesse necessário, porque a transparência é a forma que acredito que evita quaisquer interpretações dúbias e, para todos  
742os efeitos, a internet, os cidadãos podem assinar até mesmo as licenças emitidas, que seriam, digamos assim, o ponto  
743central. **Sr. Guilherme Dornelles:** Recentemente encerrou o meu mandato no Fundo Nacional do Meio Ambiente,  
744representava a Região Sul lá e a gente fazia as reuniões em Brasília, de dois a três dias, e num ano analisávamos em torno  
745de 600 projetos para financiamento. Como nós fazíamos isso, pois é um volume grande de trabalho, e projetos, às vezes,  
746são quatro a cinco volumes enormes. Então, dividia-se em Câmaras Técnicas, em Grupos Técnicos de Trabalho, mas ao  
747chegar ao Plenário do Conselho, e quem aprovava era sempre o Conselho, o Conselho teria que estar suficientemente  
748embasado para tomar a decisão. Sempre havia alguém nas Câmaras Técnicas do Conselho e temos uma Câmara Técnica  
749de membros do Conselho aqui. Então, acho que esta Câmara Técnica deveria fornecer ao Conselho os elementos  
750necessários para a sua decisão, porque todas as Entidades que estão aqui não podem participar de todas as Câmaras  
751Técnicas, isso é óbvio. Estamos decidindo, confiando plenamente nos requisitos, nos critérios que os Conselheiros  
752utilizaram. Só que, por exemplo, não sei onde fica o Município de Três de Maio, de Alegrete eu conheço, e Três de Maio  
753não conheço, não sei onde se localiza, e não sei qual é a importância que tem a municipalização do licenciamento em Três  
754de Maio, gostaria de saber. Então, gostaria de saber se este Município tem unidade de conservação, se ele tem atero

755sanitário licenciado, se ele tem lixões clandestinos, qual é a população, uma série de dados importantes, qual é o quadro  
756técnico para enfrentar os problemas que ele tem, pode ser um Município que eu conheça, o porte do Município. Então,  
757esses dados mínimos podem estar numa planilha, que é uma planilha pequena, não uma planilha de dez páginas, que pode  
758ser fornecida aqui, e nós, Conselheiros, também temos demandas da sociedade, e as pessoas vão chegar nos cobrar do  
759que está acontecendo em tal Município, que foi licenciado e não tenho nenhuma informação sobre isso, e vou ter que vir  
760aqui e ler um processo que um Conselheiro já fez este trabalho, é contraproducente. Então, não se está questionando o  
761trabalho, a competência, nem a credibilidade do trabalho da Comissão, mas acho que nós precisamos aperfeiçoar este  
762processo. E não é burocratizar, mas aperfeiçoá-lo para fornecer o máximo de subsídios para este Conselho tomar as suas  
763decisões. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Quero aproveitar a oportunidade para perguntar à Presidência do  
764Conselho se há uma posição referente aos relatórios, que haviam sido solicitados para esta Câmara Técnica, relatórios de  
765avaliação dos Municípios que têm já competência para licenciar, foi deliberado de se fazer estes relatórios há umas duas ou  
766três reuniões, e que a Câmara Técnica iria analisar, comparar, ver se foi efetivo, se não foi, e iria-nos trazer para o Plenário  
767uma radiografia do que a gente já aprovou: se isso foi bom, se não foi. Então, queria uma posição da Presidência, se sabe  
768alguma coisa e no final deste item de pauta, e antes do próximo, gostaria de fazer um depoimento, propor uma reflexão  
769dentro deste assunto. **Sr. Geraldo André Susin:** Srs. Conselheiros, Sras. Conselheiras. Antes de mais nada gostaria de  
770desejar boas-vindas ao novo representante da AGAPAN, o Guilherme. E gostaria de fazer uma pequena reflexão ao que foi  
771colocado aqui: se é o fato da gente apenas homologar o que foi feito na Câmara Técnica, então, parece-nos que isso é uma  
772proposta de mudança da competência do Conselheiro, que entendemos que não é isso que se queira. E quanto a questão  
773de nós aprovarmos ou não, para sim ou para não, temos que ter subsídios. Então, um resumo deveria ser nos entregue  
774para que a gente vá até as entidades que representamos para uma avaliação e trazer o que gostaríamos e nossas dúvidas  
775para aprovação. Então, é essa a situação. E não se trata aqui de querer mudar a competência do Conselheiro, e não foi por  
776este lado, mas não era isso que se queria colocar. E gostaríamos de ter acesso ao trabalho da Câmara Técnica. Obrigado.  
777**Sr. Presidente:** O Conselheiro propõe que a Câmara Técnica produza um documento-síntese que satisfaria, à guisa de  
778informação geral, é isso? **Sr. Geraldo André Susin:** É o parecer. **Sr. Presidente:** Cármen, respondendo ao  
779questionamento da Conselheira Kathia. **Sra. Cármen Franco:** Respondendo à Kathia eu gostaria de informar a todos que  
780estes relatórios estão sendo solicitados aos Municípios pelo Colega Clebes, que trabalha no Assessoria da Direção da  
781FEFAM, trabalhando especificamente com a questão municipalização. No dia de hoje o Clebes está em licença-paternidade,  
782e por isso que ele não está presente aqui. Mas estão sendo providenciados estes relatórios, estão sendo feitos contatos  
783telefônicos com os Municípios para que eles agilizem, o mais rápido possível, para nós estes documentos. **Sr. Presidente:**  
784Complementando a informação: foi encaminhada uma comunicação por escrito também e Municípios têm vindo aqui para a  
785entrega destes relatórios. Então, será oportunizado a este Conselho o acesso a essas informações, sim. **Sr. Valtemir**  
786**Goldmeier:** Sr. Presidente. Em nome da FAMURS, peço que nos fosse encaminhada uma cópia do formulário que  
787gostaríamos de acompanhar o trabalho inclusive feito pelos Municípios. Não tinha conhecimento de que esse formulário  
788tinha sido remetido para os Municípios. **Sr. Presidente:** Não foi formulário, mas sim um ofício. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Fica  
789difícil, pois entendo que este processo, para funcionar, devia ser um formulário, e assim como o Conselheiro colocou que o  
790ideal era um formulário, pois, na verdade, não vamos pedir tudo, mas vamos pedir alguns dados básicos. E em nome da  
791FAMURS, em nome dos Municípios, para que isso seja exequível, e que a gente possa produzir um relatório, que seja  
792formulado efetivamente um formulário e remetido para os Municípios, para eles responderem aqueles questionamentos que  
793são fundamentais neste processo. E era isso que tinha entendido que tinha sido aprovado naquela reunião que fizemos aqui  
794onde tratamos desse assunto. De repente, então, entendi mal, mas minha posição, entendam, como trabalhei há muito  
795tempo em Municípios, e como trabalho com os Municípios por meio da FAMURS, que também não adianta receber 300  
796informações que depois não dê para compilar numa coisa útil. Então, acho que é tempo perdido para todos nós. Vou pedir  
797à Presidência do Conselho, eventualmente, que se elabore um questionário mínimo e que seja remetido aos Municípios e  
798nós, a FAMURS, comprometemo-nos a auxiliar neste trabalho e que a partir disso se produza um relatório a este Conselho.  
799Era esse o meu pedido. **Sr. Alexandre Bugin:** Queria reforçar o que a Kathia colocou, e na verdade, eu já tinha-me  
800manifestado, e estou observando que a cada sessão em que a gente analisa estes processos, temos demorado mais tempo  
801no sentido, e vejo que o Conselho está-se mostrando preocupado para se ter uma avaliação do que já foi feito, e reforçaria  
802no sentido de que se tentasse acelerar este relatório qualitativo destes processos já de licenciamento e coloco isso até em  
803nome dos Comitês, porque nos próprios Comitês esse assunto já vem tomando mais ênfase em termos de pautas das  
804plenárias, e o próprio Comitê Gravataí, na última reunião, o Clebes esteve fazendo apresentação do sistema, e a Plenária  
805do Comitê, em diversas manifestações, colocou algumas preocupações que o Conselho vem demonstrando no sentido da  
806capacidade de alguns Municípios poderem fazer este licenciamento. Então, acho que esta avaliação o mais breve possível  
807vai fazer com que a gente consiga melhorar o processo. **Sr. Adoraldo Antônio Schio:** A sensação que tenho que, pelo  
808menos majoritariamente, é pela necessidade de anexar pelo menos uma ficha ao que vem, e não sei se por maioria. Não  
809acredito que quem aprovou, baseado na O4 e na O11, lá não estejam condições para o Município se habilitar. E lá deve ter  
810coisas relevantes. E eu não a domino, portanto, não me atrevo a citar. Mas lá deve ter exigências. E essas exigências que  
811têm que vir aqui quantificadas e que foram atendidas. E acho que a ficha deve ser resumida, bem didática, não de 4 ou 5  
812laudas, que não adianta. É uma ficha se atendeu ou não atendeu requisitos mínimos que as resoluções devem estar

813contemplando. Imagino que seja isso que deve vir ao Conselho apenas. **Sra. Carla Maria Pires Rangel:** A respeito dessa  
814nossa discussão, na verdade, as Câmaras Técnicas estão com toda a habilitação para analisar toda a documentação. Nós,  
815aqui, temos o poder de homologar. Para nós é um tanto quanto constrangedor simplesmente receber a informação que foi  
816considerado habilitado ou favorável, sem ter uma informação, que até no passado a gente teve. E basicamente, o que a  
817gente gostaria de saber aqui para validar? É mais como informação, tipo assim: número de habitantes do Município, qual é  
818a equipe ambiental que faz parte daquele Município, se tem Conselho Municipal de Meio Ambiente ou não, são informações  
819muito simples. Então, a minha proposta é que a Câmara Técnica faça uma proposta desta fichinha de informação padrão  
820que a gente aprovaria aqui, e é meramente para conhecimento nosso, e para a gente verificar se há alguma denúncia de  
821alguma prática irregular, e isso tudo deverá ser encaminhado para a própria Câmara Técnica. E para a gente homologar é  
822uma mera informação, e estou entendendo assim, para respaldar a decisão da Câmara Técnica, e não é aqui que a gente  
823vai reverter o processo. Até pode, em caso de alguma denúncia, como comentei, se houver algum fato relevante. Mas,  
824talvez a Câmara Técnica possa fazer uma proposta de um modelinho que viria acompanhando, porque parecer já é este  
825aqui. E este aqui já está na forma de parecer. Então, são mais algumas informações e resolve esta dificuldade. **Sra. Maria**  
826**Odete da Rosa Pereira:** Há duas questões: uma é o relatório que se pediria aqueles Municípios que já estão licenciados. E  
827há a outra questão, que aí deve ser encaminhada à Câmara Técnica, que é a proposta, e volta para cá para vermos critérios  
828neste tal relatório que está sendo pedido. A outra questão é deste parecer que, a meu ver, não é bem assim, mas  
829considerar várias coisas. E o que se está propondo é que esse texto seja melhorado, numa estrutura mais consistente com  
830mais informações. **Sr. Presidente:** Acredito que massa crítica para se tomar uma decisão já existe. Vamos submeter aos  
831Srs. Conselheiros, e a questão é democrática e se respeita o procedimento. **Sra. Vera Calegari:** (Questão de Ordem). Na  
832condição de membro da Comissão de Municipalização da SEMA gostaria de lembrar aos Srs. Conselheiros que antes de  
833passar pela Câmara Técnica esses processos passam por uma análise bastante criteriosa da Comissão de Municipalização  
834que hoje é composta por dez membros. E só gostaria que o Presidente olhasse a data de início do processo de Alegrete  
835entrou em dezembro de 2002. Então, durante todos esses seis meses essa Comissão de Municipalização vem trabalhando  
836com o Município no sentido dele atender as Resoluções 4, 5 e 11 que foram aprovadas pelo CONSEMA. E são as  
837resoluções do CONSEMA que a Comissão de Municipalização busca o cumprimento. Se os Municípios não atendem o  
838mínimo estabelecido nas resoluções, depois de passar pela assessoria jurídica, passar pela análise do plano ambiental, a  
839Comissão de Municipalização não aprova o encaminhamento para a Câmara Técnica. Isso é um esclarecimento que dá  
840maior segurança aos Srs. Conselheiros na hora de votar. **Sr. Presidente:** Em votação a proposta de que a Comissão de  
841Municipalização, em concomitância com a Câmara Técnica, prepare e distribua aos Srs. Conselheiros esta síntese do perfil  
842do Município que está buscando a habilitação. Os Conselheiros favoráveis se manifestem levantando o crachá; contrários;  
843abstenções: por unanimidade dos Conselheiros presentes, **aprovada.** Volta-se a prática de se produzir a síntese dos  
844Municípios que buscam a habilitação para conhecimento dos Srs. Conselheiros antecipadamente. Vou fazer algumas  
845considerações aqui em relação aos dois Municípios que está sendo proposta a homologação da habilitação por este  
846Plenário. Informando com relação à pergunta do Conselheiro representante do Movimento Roessler: o Município de  
847Alegrete, com aproximadamente 70 mil habitantes, e há Secretaria Municipal do Meio Ambiente, tem previsto 17 cargos, dos  
848quais 04 para fiscalização. O Município de Três de Maio tem previsto 06 técnicos, dos quais, 02 agentes fiscais. Estas  
849informações foi possível obter-se por ser um dado estático. **Sr. Eberson Thimmig Silveira:** Quantos Municípios já foram  
850habilitados? **Sr. Presidente:** 49 habilitados e 02 com delegação de competência. Não há condições de se buscar estas  
851informações, Sr. Conselheiro Representante do Movimento Roessler, pontuais neste momento. Coloco para os Srs.  
852Conselheiros a seguinte questão: temos considerados aptos à habilitação, sem este detalhamento que os Srs. Conselheiros  
853terão a partir da próxima reunião, e consulto aos Srs. Conselheiros, vou colocar em votação: 1 – Nós votamos ou não a  
854habilitação destes dois Municípios sem esse detalhamento? Repito: não há condições de se buscar o detalhamento agora; 2  
855– Não votamos. A discussão levantou os pontos essenciais e não vamos avançar muito mais do que estamos neste  
856aspecto. Consulto: os Conselheiros favoráveis à votação de Alegrete e Três de Maio agora, considerando a peculiaridade,  
857os dois conjuntamente (em bloco) levantem o seu crachá que sejam favoráveis: **18 (dezoito) votos;** contrários; abstenções:  
858CEA e Movimento Roessler. Em votação a homologação da habilitação dos Municípios de Alegrete e Três de Maio: **17**  
859**(dezesete) votos;** Abstenções: **2 (duas).** O Plenário deste Conselho **homologa Alegrete e Três de Maio.** Com a palavra  
860a Conselheira Kathia, por solicitação inclusive anterior. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Queria fazer um relato  
861de uma situação que me aconteceu esta semana e que, de certa forma, tem a ver com esta questão da municipalização.  
862Nesses últimos meses a gente tem visto um movimento grande para que ocorra a municipalização na área ambiental. Pois  
863bem, estamos acompanhando o processo de uma empresa têxtil em Caxias do Sul que não trata de seus efluentes. Trata-  
864se da Cootegal – Cooperativa Têxtil Galópolis, que é o antigo Lanifício Sehbe em Caxias do Sul. Esse processo estava  
865parado na FEPAM. Em março deste ano o Ministério Público de Caxias do Sul firmou um termo de acordo ambiental com a  
866Cootegal para que ela passe a cumprir a legislação ambiental e deu uma série de atribuições à SEMA de Caxias do Sul. Eu  
867liguei para Caxias do Sul, porque pela nossa resolução, empresa têxtil é de médio impacto, é uma empresa de tamanho  
868médio, e de impacto local, portanto, cabível de ser licenciada pelo Município. O que fiz: peguei o telefone e liguei para  
869Caxias do Sul : “Olha quero saber como está o processo de licenciamento da Cootegal”. E peguei uma pessoa muito  
870atenciosa, muito gentil, uma senhora, e ela me disse: “Esse processo está sendo licenciado pela FEPAM”. E disse: “Mas,

871 como pela FEPAM, se Caxias do Sul já tem a possibilidade dela fazer o seu licenciamento, e isso foi aprovado aqui nesta  
872 Plenária”. E ela disse que: “Não, o processo já estava na FEPAM e o processo vai continuar na FEPAM”. E me recolhi a  
873 minha insignificância e estou procurando as informações na FEPAM. Mas, como empresa têxtil não é um tipo de  
874 empreendimento que eu conheça o processo industrial, esta questão de parâmetros, o que polui, o que não polui, estou  
875 procurando respaldo por meio das empresas que existem em Porto Alegre e que estão licenciadas. Então, o que fiz? Porto  
876 Alegre tem um convênio com a FEPAM para fazer o licenciamento, não-só o de impacto local, mas o Município de Porto  
877 Alegre, assim como o de Novo Hamburgo, tem a possibilidade de licenciar o que quiser por meio de um convênio que foi  
878 feito com a FEPAM. Então, fiz um ofício bem bonitinho e mandei para a SMAM e disse que queria vista ao processo de  
879 licenciamento da empresa tal, no caso a Fiatece, aqui em Porto Alegre, que tive a oportunidade de conhecer, e achei o  
880 processo deles bastante interessante. Pois qual não foi a minha surpresa que na SMAM, a secretária do Secretário Ditter,  
881 informou-nos que este processo está em licenciamento na FEPAM. Então, volto eu para a FEPAM para poder acompanhar  
882 estes dois processos. E eu fiquei-me perguntando: para que os Municípios querem licenciamento? Essa é a pergunta, e  
883 acho que o momento agora não é de debate, mas queria que a gente levasse essa reflexão sobre este repasse da  
884 municipalização. **Sr. Presidente:** Fica registrado. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Na Resolução 05/98, colocando para a  
885 Conselheira Kathia, nesta tabela há um quadro que diz até o tamanho da empresa que pode ser licenciada. E no caso da  
886 empresa têxtil, o Município pode licenciar até uma área de 1000 metros quadrados. O galpão dela pode ter no máximo 1000  
887 metros quadrados. E se passar disso, a competência continua sendo da FEPAM. Então, talvez seja isso. **Sra. Kathia Maria**  
888 **Vasconcellos Monteiro:** Eu conversei com o Clebes e ele me disse que não. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Porto Alegre sim,  
889 mas estou falando do caso de Caxias do Sul. De Porto Alegre até o próprio Ver. Beto Moesch fez uma denúncia na  
890 Assembléia Legislativa dizendo que havia problemas no licenciamento ambiental do Município de Porto Alegre mas a gente  
891 desconhece esse assunto. Agora, só gostaria de esclarecer, no caso de Caxias, que talvez a resposta esteja aqui na nossa  
892 tabelinha, que diz que os Municípios podem licenciar até 1000 metros quadrados. **6 – Apresentação da situação do**  
893 **licenciamento da Rodovia Rota do Sol; (solicitação do Núcleo Amigos da Terra).** O Item 6 foi por solicitação na  
894 reunião passada, e considerando os motivos expostos pela servidora do IBAMA, Lúcia Anelo, considerando a ausência do  
895 IBAMA neste Plenário, teríamos que nos reportar numa próxima reunião. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Aho  
896 perfeitamente compreensível a ausência do IBAMA e acho também que teríamos que considerar estas pessoas que vieram  
897 de Rio Grande para cá para participar desta reunião. Agora, a situação na Rota do Sol, se esse Conselho resolvesse  
898 deliberar alguma coisa, e não se sabe qual vai ser a posição do Conselho. Talvez se pudesse ainda recuperar uma área  
899 que foi danificada por meio de proposta de alternativas para a Rota do Sol, e, no caso específico, refiro-me a um  
900 desmatamento da mata paludosa, e que entendo que sei que foi dada a licença, e não estou questionando a questão legal,  
901 mas há uma possibilidade ainda de nós recuperarmos uma parte do desmatamento, e que não sei se daqui a um mês já vai  
902 estar tudo pavimentado, porque se o DAER teve a coragem de mandar a sua empreiteira colocar abaixo dez hectares de  
903 mata paludosa, acredito que eles, com toda a certeza, estão fazendo esse trecho ser implantado de uma forma rápida para  
904 que não se possa reverter o processo. **Sra. Lúcia Anelo:** Em relação ao licenciamento da Rota do Sol, específico no trecho  
905 em que ela cruza a mata paludosa, houve um fato novo dentro do processo de licenciamento que é a criação da rebil da  
906 mata paludosa. A partir disso, o IBAMA, o DEFAP e o empreendedor, já que a mata paludosa está sob a responsabilidade  
907 do DEFAP, fizemos uma reunião para tratar dos encaminhamentos a respeito desta situação. E estamos aguardando, e em  
908 virtude da greve do IBAMA, não tenho certeza se esta documentação já chegou e já foi analisada pelos nossos técnicos, e  
909 uma solução para esta questão e para este fato que a Kathia levanta, em relação ao desmatamento da mata paludosa. E a  
910 solução passava por uma série de propostas de mudança do ponto de vista da engenharia civil e da engenharia da  
911 construção da rodovia. E aí entrava uma proposta de viadutos e outras questões, além da recuperação do que foi  
912 desmatado. Isso foi tratado em reunião e aguardamos o posicionamento do DEFAP em relação a isso. E registro aqui que  
913 em virtude do estado de greve não posso afirmar hoje ao CONSEMA, com certeza se esse documento já chegou e se já foi  
914 analisado. Mas, só posso informar que fizemos reunião e nessa reunião foi deliberado que se fizesse essa proposta para a  
915 solução deste impasse em relação à rebil da mata paludosa. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Só um  
916 esclarecimento, Lúcia: enquanto vocês aguardam este documento, as obras estão paradas neste trecho? Porque tudo nos  
917 leva a crer, pelo nós, os Amigos da Terra, que essa área depois de desmatada já foi aterrada. A gente está caminhando  
918 contra o relógio. E é importante ressaltar: há alternativa tecnológica. É um empreendimento que vai custar milhões e se  
919 custar um pouco a mais não vai fazer diferença do ponto de vista econômico. É uma obra que vai entrar no PRODETUR,  
920 realmente, a gente tem alternativa. Antes de passar para a Lúcia, não vou voltar a falar sobre este assunto, a menos que se  
921 vá discutir este assunto, queria, Dilda, como os Amigos da Terra, reconhecer o trabalho que foi feito pela Equipe Técnica da  
922 FEPAM e do Batalhão Ambiental, que logo que tiveram conhecimento deste desmatamento foram até lá, verificaram,  
923 mandaram parar, e graças ao Corpo Técnico da FEPAM e ao Batalhão Ambiental é que se conseguiu ter todas estas  
924 informações e tentar, pelo menos, reverter este quadro. **Sra. Lúcia Anelo:** No momento em que o Batalhão Ambiental  
925 autuou, e solicitou a suspensão temporária das obras, foi acatado pelo empreendedor. O IBAMA entendeu que deveria  
926 esclarecer estas questões, e está em processo de esclarecimento. Quanto ao dano causado, dentro desta manifestação do  
927 DEFAP isso vai ser revisto, e solicitamos ao DEFAP que se manifestasse nesse sentido. Em relação a alternativas e novas  
928 tecnologias para resolver o problema, é um conflito entre dois processos de licenciamento e uma unidade de conservação.

929A unidade de conservação retil foi medida compensatória do licenciamento do gasoduto. E a rodovia está licenciada, e  
930quando a reserva foi criada, o traçado da rodovia foi delimitado. Qualquer alteração disso requer uma negociação bastante  
931importante e que estamos trabalhando nisso. Quanto ao dano realizado, a gente vai trabalhar na recuperação e quanto à  
932suspensão das obras, estamos trabalhando junto ao DAER que o faça, porque legalmente a suspensão da licença é uma  
933engenharia jurídica e é um pouco difícil de realizar neste momento agora. É o meu limite de informação, porque fora isso,  
934tanto o nosso Jurídico, quanto a Equipe Técnica estão paralisados e não temos como trazer os pareceres e nem toda o  
935nosso posicionamento. Nós interferimos junto ao DAER e ao DEFAP que suspendessem as obras ou pelo menos a parte  
936mais importante, do ponto de vista de intervenção do meio físico, até que se resolvesse o conflito. **Sr. Presidente:**  
937Considerando o que foi dito, Conselheira Kathia, remetemos este assunto para ser retomado na próxima reunião? **Sra.**  
938**Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Existe uma possibilidade, e o Sr. Secretário do Meio Ambiente está aqui, dele tentar  
939fortalecer esta solicitação do IBAMA ao DAER de que continuem as obras na outra parte da estrada mas não nesse trecho  
940específico, que é um trecho pequeno, e a gente sabe que as obras da Rota do Sol estão num ritmo muito lento em razão  
941dos recursos, mas se nós pudéssemos, Sr. Secretário, que o senhor gestionasse junto ao Secretário dos Transportes e ao  
942Diretor do DAER que priorizassem outros trechos e mantivesse esse trecho agora sem obras enquanto se tenta negociar  
943uma alternativa. **Sr. Presidente:** A SEMA fará contato com a Secretaria dos Transportes e pleitear a solicitação que a  
944Conselheira Kathia acaba de fazer. Passamos para o Item 7 da pauta: **7 - Apresentação do Projeto SIBEA e REASUL .**  
945**Sr. José Vicente:** Boa-tarde a todos. O meu nome é José Vicente, sou Coordenador do Programa de Pós-Graduação de  
946Educação Ambiental da Universidade Federal de Rio Grande. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao CEA pelo  
947encaminhamento para estarmos presente nesta reunião e ao Conselho por ter concedido a nossa presença para apresentar  
948esses dois projetos sob o ponto de vista ambiental e da educação ambiental. São dois projetos de extrema relevância,  
949porque tanto o Projeto SIBEA, quanto o Projeto REASUL, são projetos que tentam levar de forma democrática a todos os  
950segmentos da sociedade, desde a academia, até o professor do ensino fundamental, do ensino médio, informações sobre  
951educação ambiental e sobre práticas sustentáveis. O SIBEA foi um programa criado ainda no Governo Federal anterior, há  
952dois anos e meio, e justamente a intenção do Ministério do Meio Ambiente, neste período, era poder viabilizar o acesso à  
953informação, democratizar a informação para qualquer segmento da sociedade, e informação sobre educação ambiental e  
954práticas sustentáveis ou qualquer outro projeto vinculado ao meio ambiente, que estivesse sendo desenvolvido em qualquer  
955canto do País. Só que o desenvolvimento deste projeto teria, inicialmente, duas questões, que seriam equacionados:  
956primeiro, uma instituição, que pudesse levar a cabo, como projeto-piloto, a implementação desse programa. E, num  
957segundo momento, um programa computacional que pudesse gerar um banco de dados que pudesse posteriormente ser  
958acessado por qualquer cidadão brasileiro. Desde a assinatura do convênio, levamos praticamente quase dois anos  
959concebendo o programa, elaborando um programa que pudesse ser manipulado, que pudesse ser trabalhado por qualquer  
960instituição que viesse a se tornar parceira deste projeto, e só agora, quase depois de dois anos, é que nós estamos  
961passando para a segunda etapa do projeto, que é fazer um levantamento, em nível nacional, de todos esses projetos,  
962programas, educadores e instituições, que, de alguma forma, desenvolvem alguma atividade relacionada ao meio ambiente,  
963à educação ambiental e a práticas sustentáveis. E a Universidade Federal de Rio Grande foi, inicialmente, a universidade  
964piloto que está desenvolvendo esse programa maior, que é o SIBEA – Sistema Brasileiro de Informação e Educação  
965Ambiental e práticas sustentáveis. E agora entramos na segunda etapa do projeto, que é o desafio maior, que é justamente  
966o levantamento, num primeiro momento, destas informações, ou seja, poder fazer um arrolamento de todas as instituições,  
967sejam governamentais ou não, no Brasil, que estejam, de alguma forma, trabalhando ou desenvolvendo práticas ou projetos  
968no campo do meio ambiente e da educação ambiental. E é uma tarefa bastante árdua, e para desenvolver esta tarefa  
969estamos usando diferentes recursos como, por exemplo, solicitando a participação em Conselhos, como esse, onde  
970diferentes entidades, representando diferentes Municípios, estão presentes. Estamos utilizando o próprio recurso da  
971Internet, de contato corpo a corpo, dos telefonemas. É uma tarefa bastante árdua, bastante cansativa, mas de extrema  
972importância, porque após este levantamento e este diagnóstico que estamos fazendo, em nível nacional, temos a tarefa de  
973poder fazer, não-só um diagnóstico, mas de fazer uma avaliação qualitativa dessas informações, que vão, futuramente,  
974tanto em nível nacional, quanto em nível regional, gerar informações para a constituição de políticas públicas neste campo.  
975Então, achamos extremamente importante um projeto desta natureza justamente em função. Esta foi a primeira idéia do  
976Governo Federal, há dois anos e meio, e há pouco menos tempo, a questão de um ano, um ano e oito meses, numa  
977iniciativa envolvendo os três Estados da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), conseguimos aprovar,  
978junto a um edital lançado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, nosso colega foi representante do Rio Grande do Sul e  
979deve conhecer bastante, e nos candidatamos a um desses editais do Fundo Nacional do Meio Ambiente justamente para  
980desenvolver uma rede regional de educação ambiental. E, para nossa surpresa, fomos um dos poucos projetos aprovados,  
981apresentados por diferentes instituições e entidades no Brasil inteiro. Esse projeto, diferentemente do nacional, em nível  
982regional chama-se “Projeto REASUL”, cujo objetivo é basicamente o mesmo. A única diferença é que o REASUL vai fazer  
983um esforço regional de levantamento destes dados e informações para alimentar um banco de dados maior, que é o próprio  
984SIBEA. Então, estou aqui com dois objetivos: primeiro, dizer para vocês que estes projetos existem, estão em andamento,  
985distribuir algumas informações e convidá-los para serem parceiros neste projeto, na medida em que associar tanto ao  
986SIBEA quanto ao REASUL não custa um centavo, e com a grande virtude de que nós poderemos, por meio da contribuição

987de cada entidade, democratizar a informação, isso é o que é mais importante. E estava vendo o esforço do Colega Mauro  
988em desenvolver um formulário para levantar informações sobre projetos irrigáveis. E dizer para eles que levamos quase  
989dois anos para conseguir chegar a um formulário que pudesse ser acessível por qualquer cidadão, e entendemos esse  
990trabalho que vocês estão tendo agora, mas que ele é de extrema importância justamente para este critério que, para nós, é  
991imprescindível, que é a democratização da informação. E, mais do que isso: para nós, ao mesmo tempo, compartilhar de  
992experiências semelhantes, aquela que nós, em alguma unidade possamos estar desenvolvendo, e que esteja sendo  
993desenvolvida no Amazonas, no nordeste ou em qualquer canto deste País. A grande virtude desses dois projetos é  
994justamente o acesso à informação, e se nós queremos uma sociedade mais justa, mais igualitária, acho que passa pelo  
995acesso à informação. E me parece que esse é um desejo de todos nós. Vou pedir licença, e vou pedir que a colega ajude a  
996distribuir este formulário, e todos vocês poderão ter informações sintetizadas sobre o Projeto REASUL, inclusive as formas  
997de acesso via Internet a todos os objetivos do projeto, aos bancos de dados, informações para contatos, informações de  
998todas as instituições envolvidas nos três Estados do Brasil, e vou passar aqui, em seguida também, um formulário que é um  
999formulário em que estamos convocando vocês para essa parceria. Gostaríamos que as 29 entidades (instituições) que  
1000integram este Conselho pudessem preencher este formulário, que é relativamente simples, com informações básicas do  
1001tipo: nome da pessoa, endereço, unidade a que pertence, seja órgão público ou não, e informações gerais sobre projetos  
1002que estejam desenvolvendo nesta área, e que fizessem o obséquio de preencher este formulário, e até o final da reunião  
1003pudesse encaminhar à Colega Rosaura que está-nos fazendo a gentileza de recolher este formulário e devolver para a  
1004universidade. A partir deste formulário, nós vamos cadastrar cada um de vocês neste banco de dados, sobre prática  
1005sustentáveis e educação ambiental e vamos entrar em contato com cada um de vocês e com as instituições para podermos  
1006levantar informações mais detalhadas que vão nos auxiliar neste relatório e nessa avaliação qualitativa que estamos  
1007fazendo para o Ministério do Meio Ambiente. Para encerrar, não poderia perder a oportunidade, e gostaria de manifestar  
1008aqui publicamente ao Secretário, o interesse da nossa Instituição em poder renovar um projeto que temos com a SEMA,  
1009dentro do Projeto Pró-Mar-de-Dentro para poder desenvolver educação ambiental agregada ao Projeto Pró-Mar-de-Dentro.  
1010E espero que no futuro próximo a gente possa renovar este convênio que tem dado resultados bastante positivos. **Sr.**  
1011**Presidente:** Muito obrigado, José Vicente, e fique certo que esta iniciativa tem o apoio deste Plenário. E é mais um avanço,  
1012mais um passo para a democratização da informação. **Sr. José Vicente:** Muito obrigado pela indulgência de nos receberem  
1013aqui, e gostaria de dizer, e acho que nem todos sabem, que o nosso programa de pós-graduação, em nível de mestrado  
1014nesta área, é o único no País e pioneiro ainda, e estamos às disposição na formação de pesquisadores e na formação de  
1015educadores ambientais. **Sr. Presidente:** Vamos ao Item 8: **8 – Apresentação, pela SEMA, do cenário atual dos poços**  
1016**tubulares profundos.** Atendendo proposição do Conselheiro Geraldo Susin, da ALGA, que levou um assunto muito  
1017importante e muito premente em relação ao cenário que envolve a perfuração de poços tubulares profundos, o passivo  
1018existente e manifestou, naquela ocasião, a sua preocupação com o cenário presente em relação a isso, sobretudo no que  
1019diz respeito à possibilidade de que esses poços, não devidamente operados, venham a se tornar pontos de contaminação  
1020das águas profundas. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** (Questão de Ordem). Já são 5h30min e não sei se o  
1021assunto vai-se estender muito, e não seria o caso de transferir para a próxima reunião. **Sr. Presidente:** Questão de ordem  
1022levantada pela Conselheira Kathia propondo a transferência para a próxima reunião. Não há objeções. É entendimento dos  
1023Conselheiros. **9 – Assuntos Gerais. Sr. José Alberto Wenzel:** Quero apenas fazer um agradecimento e um gesto de  
1024reconhecimento. Meu Presidente Dilda: o que se decidiu hoje aqui é de extrema importância para o Estado do Rio Grande  
1025do Sul. Quero parabenizar a todos que graciosamente, gratuitamente, dispensaram o seu tempo hoje dedicando aqui a  
1026questão ambiental deste Estado. Parabéns a todos e os meus cumprimentos pela dedicação de todos. Obrigado. **Sra.**  
1027**Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Foi amplamente divulgado na imprensa esta semana do convênio que a FEPAM fez  
1028com a Secretaria da Minas e Energia para que sejam contratadas técnicos para realizar o licenciamento ambiental de  
1029geração de energia. E gostaria que uma cópia deste convênio nos fosse remetida, com a maior urgência possível, para que  
1030a gente possa acompanhar este processo de convênio e a questão dos licenciamentos, até porque os Amigos da Terra  
1031coordenam o Grupo de Trabalho de Energia do CONSEMA. **Sr. Presidente:** Será atendido, de imediato, Conselheira. **Sr.**  
1032**Geraldo André Susin:** Gostaria de sugerir que as Atas aprovadas fossem disponibilizadas no site da SEMA. E estamos  
1033recebendo, não há queixas, o material, mas que, se fosse possível, que fossem enviados em meio digital o material via  
1034correio eletrônico, para que a gente possa discutir, com mais tempo, com o nosso pessoal interno. Aquele material que vem  
1035pelo Correios, que nos enviasse por e-mail digital. E, por último, estamos aguardando o relatório de Caxias para avaliar, que  
1036foi pedido há duas reuniões. Obrigado e uma boa-noite a todos. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Para não passar em branco,  
1037Sr. Presidente. O convênio feito com a Secretaria de Minas e Energia é um convênio para suprir algumas necessidades  
1038técnicas que a FEPAM têm, e não é para fazer o licenciamento ambiental, mas a FEPAM, por exemplo, no último concurso,  
1039o hidrólogo que passou, não aceitou vir trabalhar conosco porque o salário é muito baixo. E para suprir algumas demandas  
1040da instituição, como economista e hidrólogo, que não temos, foi feito um convênio para que a FEPAM possa trazer esses  
1041profissionais para analisar alguns pontos dos processos de licenciamento e não para fazer licenciamento ambiental. **Sr.**  
1042**Presidente:** Por último, então, informando aos Srs. Conselheiros que no dia 30 de julho, das 8h às 17h30min acontecerá  
1043um debate sobre a Política de Resíduos Sólidos do Estado do Rio Grande do Sul – 10 anos da Lei 9921, Resultados e  
1044Desafios. Acontecerá no Auditório Dante Baroni da Assembléia Legislativa. Estão todos convidados. E uma sugestão do

53  
54  
55

1045Conselheiro Guilherme de que os Conselheiros que tiverem sugestões para a elaboração do formulário, a que nos referimos  
1046nos debates anteriores, poderão remeter estas sugestões via e-mail da Comissão de Municipalização, que está no verso  
1047daquele formulário do SIGA. Srs. Conselheiros, muito obrigado pela presença de todos os senhores nesta 54ª Reunião  
1048Ordinária do CONSEMA, muito obrigado pela dedicação e até a próxima reunião. Está encerrada a 54ª Reunião Ordinária  
1049do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Boa-noite. (Estão encerrados os trabalhos às 17h40min).